

Índice das Notas Explicativas

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal, distribuídas da seguinte forma:

	Página
Nota 1 Contexto operacional	3
Nota 2 Apresentação das demonstrações contábeis	3
Nota 3 Caixa Participações S/A – CAIXAPAR	4
Nota 4 Principais práticas contábeis	6
Nota 5 Caixa e equivalentes de caixa	15
Nota 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez	17
Nota 7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	18
Nota 8 Relações interfinanceiras - Créditos vinculados	28
Nota 9 Carteira de crédito	30
Nota 10 Outros créditos	41
Nota 11 Outros valores e bens	43
Nota 12 Investimentos	44
Nota 13 Imobilizado	45
Nota 14 Intangível	45
Nota 15 Diferido	45
Nota 16 Depósitos e captações no mercado aberto	46
Nota 17 Recursos de letras hipotecárias, de letras de crédito imobiliário e de letras financeiras	51
Nota 18 Obrigações por empréstimos	52
Nota 19 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	52
Nota 20 Outras obrigações	53
Nota 21 Patrimônio líquido	57
Nota 22 Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	58
Nota 23 Receitas da intermediação financeira	60
Nota 24 Despesas da intermediação financeira	60
Nota 25 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	61
Nota 26 Despesas com pessoal	62
Nota 27 Despesas administrativas	62
Nota 28 Outras receitas operacionais	63
Nota 29 Outras despesas operacionais	63

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30	Resultado não operacional	64
Nota 31	Despesas tributárias	64
Nota 32	Provisões	64
Nota 33	Partes relacionadas	67
Nota 34	Benefícios a empregados	70
Nota 35	Gerenciamento do risco corporativo	85
Nota 36	Outras informações	99

Nota - 1 Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela. O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria e suas operações são apresentadas em demonstrações contábeis individuais.

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima, com capital social de R\$ 2,5 bilhões, representado por 2,5 bilhões de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado pela CAIXA.

Nota - 2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração e a partir de 30 de junho de 2010 as demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Instituição Financeira CAIXA e de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Para permitir um melhor entendimento da evolução patrimonial e dos resultados da CAIXA, apresentamos também as informações consolidadas referentes a março e dezembro 2010.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contábeis consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações contábeis.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa; aprovado pela Resolução do CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.750/2009;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos acima descritos já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem com as normas emitidas pelo órgão regulador.

A aprovação das demonstrações contábeis do trimestre findo em 31 de março de 2011 foi concedida de acordo com a deliberação do Conselho de Administração em 12 de maio de 2011.

Nota - 3 Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

A Caixa Participações S.A (CAIXAPAR) é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R\$ 1.250.000, por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 2010 a CAIXA integralizou o valor de R\$ 1.250.000, totalizando o capital social da empresa no montante de R\$ 2.500.000, sendo R\$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA, R\$ 7.440 em dividendos a receber e R\$ 64.782 em espécie conforme demonstra quadro a seguir:

Descrição	Valor Integralizado
Participações	1.177.778
Caixa Seguros	1.074.136
VISANET/CIELO	65.824
TECBAN	31.818
CIBRASEC	6.000
Dividendos Caixa Seguros	7.440
Valor em espécie	64.782
Total	1.250.000

O quadro a seguir apresenta o valor do patrimônio líquido da CAIXAPAR:

Descrição	Participação CAIXA %	2011	2010	
		31 de março	31 de dezembro	31 de março
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100	3.020.892	2.867.884	2.548.548

No 1º trimestre de 2011, foram apropriados R\$ 19.361 (2010 – R\$ 96.244) provenientes do resultado de participações em coligadas e controladas pela CAIXAPAR que representam o resultado da equivalência patrimonial da Caixa Seguros de R\$ 19.106 (2010 – R\$ 95.728), CIBRASEC de R\$ 255 (2010 – R\$ 516).

(a) Banco Panamericano

Em 1º de dezembro de 2009, foi celebrado entre a Caixa Participações S.A. e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda., contrato de compra e venda de ações para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes a 21,97% das ações preferenciais do referido banco.

A aprovação do ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano foi realizada por meio do ofício Deorf/Gabin – 2010/06731 do Banco Central, em 19 de julho de 2010, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida aprovação a CAIXAPAR concluiu a operação de compra com o pagamento do valor residual de R\$ 234.215. Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria Colegiada de Normas e Organização do Sistema Financeiro aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

O Banco Central, em 4 de novembro de 2010, cientificou e alertou o Banco Panamericano por meio do Termo de Comparecimento Desup/GTSP4 – 2010/0003 o comprometimento da situação econômico-financeira do Conglomerado Panamericano evidenciado após ajustes da fiscalização com conseqüente descumprimento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), cuja observância é condição indispensável para o funcionamento das instituições, nos termos do art.10 da Resolução 3.398, de 29 de agosto de 2006. Assim sendo, o Banco Central determinou a implementação de plano de regularização de modo a promover o referido reequilíbrio patrimonial daquele Conglomerado.

Visando assegurar o equilíbrio patrimonial e ampliar a liquidez operacional do Banco Panamericano, em virtude de terem sido constatadas inconsistências contábeis que não permitiam que as demonstrações contábeis refletissem a real situação patrimonial da entidade, o Grupo Silvio Santos, em 5 de novembro de 2010, na qualidade de principal acionista controlador do Banco Panamericano S.A. decidiu aportar na conta “Depósito de Acionista”, o valor de R\$ 2,5 bilhões, obtidos mediante operação financeira contratada com o FGC - Fundo Garantidor de Créditos, integralmente garantida por bens do patrimônio empresarial daquele Grupo.

Em 26 de novembro de 2010 os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 11 integrantes sendo presidido pelo presidente da CAIXA e a vice presidência ocupada por um representante indicado pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC. Adicionalmente, com a implementação do acordo entre os acionistas a CAIXAPAR passou a ter representantes na diretoria da instituição e manteve inalterados os percentuais de participação da CAIXAPAR quando da aquisição de ações do Banco.

O Banco Panamericano divulgou fato relevante, em 31 de janeiro de 2011, informando que a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domesticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças.

No referido contrato o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade das vendedoras, correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano pelo preço de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) corrigidos, a partir da data de conclusão do negócio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado à importância máxima de R\$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais).

Nesta mesma data o BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco Panamericano, com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente mantém as mesmas condições do acordo vigente.

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR manteve inalterado os seus percentuais de participação na instituição financeira e não alienará sua participação no âmbito da oferta pública que será realizada pelo BTG Pactual.

Em 30 de março de 2011 a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle da Companhia, com a entrada do Banco BTG Pactual S.A. em lugar da Silvio Santos Participações S.A. e BF Utilidades Domésticas Ltda. A conclusão da operação será oportunamente comunicada ao mercado, uma vez verificadas as demais condições precedentes pactuadas entre as partes.

A CAIXA reitera seu compromisso de manutenção da parceria estratégica com o Banco Panamericano através da celebração de um Acordo de Cooperação Operacional por meio do qual tanto a CAIXA quanto o BTG Pactual adquirirão direitos creditórios e aplicarão em depósitos interfinanceiros do Banco.

Considerando a data de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis a CAIXA não possui informações que reflitam a real situação patrimonial do Banco Panamericano em 31 de março de 2011. Dessa forma, essas demonstrações mantêm os saldos registrados na posição de 31 de julho de 2010.

Nota - 4 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações sendo que a carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados

para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para contingências; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

A CAIXAPAR é consolidada a partir da data de sua constituição, ou seja, quando a CAIXA passou a deter o poder decisório sobre suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter os benefícios de suas atividades.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie estão apresentados em moeda corrente nacional, pelo seu valor de face, e em moedas estrangeiras, os quais são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco mitigado de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado, sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando método de valorização apropriado.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento de Risco (Nota 35).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	Prazo especial (i)	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada

considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução do CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 submetido a testes de redução ao valor recuperável e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Sistema de segurança	5 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções do CMN nº. 3.642/2008 e nº. 3.566/2008

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for imprevisível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar exclusividade por serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica ‘depreciação e amortização’.

Os critérios utilizados para reconhecer essas perdas e, conforme o caso, a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, são similares aos utilizados para os bens do ativo imobilizado.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Ativos contingentes e provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

(t) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (‘um evento de perda’ incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduzir a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações contábeis, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e,

ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pela IAS 19.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, a forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota - 5 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Caixa	1.884.618	1.767.713	1.618.647
Disponibilidade em moeda nacional	1.765.757	1.686.505	1.249.813
Disponibilidade em moeda estrangeira	85.449	36.775	29.545
Total de Disponibilidades (caixa)	3.735.824	3.490.993	2.898.005
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	35.775.297	12.005.555	38.505.349
Total	39.511.121	15.496.548	41.403.354

* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	31 de março 2011			2010			
	1 a 30 dias	Total	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Aplicações no mercado aberto							
Posição bancada	6.156.112	6.156.112	17,2	677.690	5,55	10.819	0,03
Letras Financeiras do Tesouro	2.416.368	2.416.368	6,75	120.684	0,99	2.997	0,01
Letras do Tesouro Nacional	3.146.047	3.146.047	8,79	507.006	4,15	1.500	0
Notas do Tesouro Nacional	593.697	593.697	1,66	50.000	0,41	6.322	0,02
Posição financiada	29.619.185	29.619.185	82,8	11.327.865	92,8	38.400.349	99,7
Letras Financeiras do Tesouro	10.345.549	10.345.549	28,9	11.026.875	90,3	12.074.680	31,4
Letras do Tesouro Nacional	7.532.579	7.532.579	21,1	-	0	7.221.649	18,8
Notas do Tesouro Nacional	11.741.058	11.741.057	32,8	300.990	2,47	19.104.020	49,7
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	0,00	201.687	1,65	94.181	0,25
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	0,00	202.058	1,66	94.216	0,25
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	-	0,00	(371)	0	(35)	0,00
Total	35.775.297	35.775.297	100,00	12.207.242	100	38.505.349	100,00
Ativo circulante	35.775.297	35.775.297	100,00	12.207.242	100	38.505.349	100,00
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Rendas de aplic em oper compromissadas:	1.135.866	943.644	1.089.840
Posição bancada	339.766	64.699	221.234
Posição financiada	796.100	878.945	868.606
Rendas de aplic em depósitos interfinanceiros	6.734	2.019	1.846
Total	1.142.600	945.663	1.091.686

Nota - 7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
I - Títulos para negociação	40.560.450	39,32	37.531.591	34,57	32.086.147	30,54
Letras Financeiras do Tesouro	6.858.871	6,65	7.132.082	6,57	7.680.076	7,31
Letras do Tesouro Nacional	27.370.702	26,53	22.134.575	20,39	18.408.255	17,52
Notas do Tesouro Nacional	6.261.712	6,07	8.197.330	7,55	5.935.916	5,65
Debêntures	51.590	0,05	50.084	0,05	47.470	0,05
Cotas de Fundos	17.575	0,02	17.520	0,01	14.430	0,01
II - Títulos disponíveis para venda	3.016.050	2,92	1.582.856	1,46	1.515.125	1,44
Letras Financeiras do Tesouro	197.845	0,19	211.313	0,19	248.114	0,24
Notas do Tesouro Nacional	6.247	0,01	6.196	0,01	208.065	0,20
Títulos da Dívida Agrária	273	0,00	266	0,00	267	0,00
Certificado Financeiro do Tesouro	66.230	0,06	64.318	0,06	59.034	0,06
Debêntures	311.450	0,30	301.802	0,28	324.081	0,31
Notas Promissórias	-	0,00	723.966	0,67	-	0,00
Cotas de Fundos	10.402	0,01	7.880	0,01	675	0,00
Certificados de Recebíveis Imobiliários	62.916	0,06	64.235	0,06	67.941	0,06
Ações	2.360.687	2,29	202.880	0,18	606.948	0,58
III - Títulos mantidos até o vencimento	59.586.720	57,76	69.460.825	63,97	71.473.709	68,02
Letras Financeiras do Tesouro	5.385.530	5,22	5.494.117	5,06	5.357.304	5,10
Letras do Tesouro Nacional	84.869	0,08	9.683.462	8,92	9.004.154	8,57
Notas do Tesouro Nacional	53.950.102	52,30	54.114.797	49,84	52.870.225	50,32
Tesouro Nacional/Securitização	166.219	0,16	168.449	0,15	3.169.855	3,02
Debêntures	-	0,00	-	0,00	57.744	0,05
Notas Promissórias	-	0,00	-	0,00	1.014.427	0,97
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	0,00	1	0,00	351	0,00
Total	103.163.220	100,00	108.575.273	100	105.075.332	100,00
Ativo circulante	56.673.091	54,93	57.737.196	53,18	44.657.480	42,50
Ativo não circulante	46.490.129	45,07	50.838.077	46,82	60.417.852	57,50

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I - Títulos para negociação

	2011							2010					
	31 de março							31 de dezembro			31 de março		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	2.628.791	3.917.225	13.036.848	20.971.184	40.554.048	(62.763)	40.491.285	37.506.384	(42.397)	37.463.987	32.018.065	6.182	32.024.247
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.654.268	4.205.487	6.859.754	(882)	6.858.872	7.133.001	(919)	7.132.082	7.681.138	(1.062)	7.680.076
Letras do Tesouro Nacional	2.628.791	3.917.225	4.194.030	16.677.175	27.417.221	(46.519)	27.370.702	22.158.813	(24.238)	22.134.575	18.426.652	(18.397)	18.408.255
Notas do Tesouro Nacional	-	-	6.188.550	88.522	6.277.072	(15.361)	6.261.711	8.214.570	(17.240)	8.197.330	5.910.275	25.641	5.935.916
Títulos Empresa	-	-	-	69.509	69.509	(344)	69.165	67.078	526	67.604	60.924	976	61.900
Debêntures	-	-	-	51.934	51.934	(344)	51.590	49.558	526	50.084	46.494	976	47.470
Cotas de Fundos	-	-	-	17.575	17.575	-	17.575	17.520	-	17.520	14.430	-	14.430
Total	2.628.791	3.917.225	13.036.848	21.040.693	40.623.557	(63.107)	40.560.450	37.573.462	(41.871)	37.531.591	32.078.989	7.158	32.086.147
% Pz Venc.	6,47	9,64	32,09	51,79	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	2011							2010					
	31 de março							31 de dezembro			31 de março		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	-	-	-	266.802	266.802	3.793	270.595	770.105	(342.193)	427.912	1.041.745	7.363	1.049.108
Letras Fin. do Tesouro	-	-	-	197.391	197.391	454	197.845	210.757	556	211.313	247.204	910	248.114
Notas Tesouro Nacional	-	-	-	3.985	3.985	2.262	6.247	3.998	2.198	6.196	201.972	6.093	208.065
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	263	263	10	273	254	12	266	245	22	267
Certificado Fin. Tesouro	-	-	-	65.164	65.164	1.066	66.230	63.604	714	64.318	58.696	338	59.034
Outros	-	-	-	-	-	-	-	491.492	(345.673)	145.819	533.628	-	533.628
Títulos - Empresas	-	-	1.425	2.581.735	2.583.160	162.295	2.745.455	1.114.363	40.581	1.154.944	408.227	57.790	466.017
Debêntures	-	-	1.425	303.819	305.244	6.205	311.449	294.388	7.414	301.802	314.471	9.610	324.081
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	724.187	(221)	723.966	-	-	-
Cotas de Fundos	-	-	-	10.402	10.402	-	10.402	7.880	-	7.880	675	-	675
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	61.170	61.170	1.746	62.916	62.952	1.283	64.235	68.125	(184)	67.941
Ações	-	-	-	2.206.344	2.206.344	154.344	2.360.688	24.956	32.105	57.061	24.956	48.364	73.320
Total	-	-	1.425	2.848.537	2.849.962	166.088	3.016.050	1.884.468	(301.612)	1.582.856	1.449.972	65.153	1.515.125

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

	2011						2010			
	31 de março						31 de dezembro		31 de março	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	-	2.931.538	13.179.677	43.475.505	59.586.720	60.917.602	69.460.825	71.639.162	70.401.538	71.023.417
Letras Financeiras do Tesouro	-	275.613	923.366	4.186.551	5.385.530	5.385.034	5.494.117	5.493.604	5.357.304	5.356.784
Letras do Tesouro Nacional	-	-	84.869	-	84.869	84.939	9.683.462	9.682.131	9.004.154	8.985.758
Notas do Tesouro Nacional	-	2.655.925	12.171.442	39.122.735	53.950.102	55.311.267	54.114.797	56.323.296	52.870.225	53.969.501
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	166.219	166.219	136.635	168.449	140.131	3.169.855	2.711.374
Títulos Empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	1.072.171	1.068.368
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	57.744	54.078
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.014.427	1.014.290
Total	-	2.931.538	13.179.677	43.475.505	59.586.720	60.917.602	69.460.825	71.639.162	71.473.709	72.091.785

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	31 de março de 2011											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletido		Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias
		Resultado	PL									
Títulos Públicos - Brasil	100.407.569	(62.763)	3.793	100.348.599	101.679.482	97,43	2.628.791	2.931.538	3.917.225	26.216.525	26.550.452	38.163.038
Letras Financeiras do Tesouro	12.442.674	(882)	454	12.442.246	12.441.750	12,07	-	275.613	-	3.577.634	4.350.786	4.238.641
Letras do Tesouro Nacional	27.502.090	(46.519)	-	27.455.571	27.455.640	26,61	2.628.791	-	3.917.225	4.278.899	10.584.046	6.093.129
Notas do Tesouro Nacional	60.231.160	(15.361)	2.262	60.218.061	61.579.226	58,37	-	2.655.925	-	18.359.992	11.615.357	27.599.886
Tesouro Nacional/Securitização	166.219	-	-	166.219	136.363	0,16	-	-	-	-	-	166.219
Títulos da Dívida Agrária	263	-	10	273	273	0,00	-	-	-	-	263	-
Certificado Financeiro do Tesouro	65.164	-	1.066	66.230	66.230	0,06	-	-	-	-	-	65.164
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos - Empresas	2.652.670	(344)	162.295	2.814.621	2.814.621	2,57	-	-	-	1.425	103.625	2.547.620
Debêntures	357.179	(344)	6.205	363.040	363.040	0,35	-	-	-	1.425	103.625	252.129
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	27.977	-	-	27.977	27.977	0,03	-	-	-	-	-	27.977
Cert. de Recebíveis Imob.	61.170	-	1.746	62.916	62.916	0,06	-	-	-	-	-	61.170
Ações	2.206.344	-	154.344	2.360.688	2.360.688	2,29	-	-	-	-	-	2.206.344
Subtotal - TVM	103.060.239	(63.107)	166.088	103.163.220	104.494.103	100,00	2.628.791	2.931.538	3.917.225	26.217.950	26.654.077	40.710.658
Títulos para Negociação	40.623.557	(63.107)	-	40.560.450	40.560.450	39,32	2.628.791	-	3.917.225	13.036.848	13.573.755	7.466.938
Títulos Disponíveis para Venda	2.849.962	-	166.088	3.016.050	3.016.050	2,92	-	-	-	1.425	74.866	2.773.671
Títulos Mantidos até o Vencimento	59.586.720	-	-	59.586.720	60.917.603	57,76	-	2.931.538	-	13.179.678	13.005.456	30.470.048
Derivativos (ATIVO)	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-
Derivativos (PASSIVO)	824	-	-	-	824	100,00	-	-	-	-	-	-
Total TVM e Derivativos (ATIVO)	103.060.239	(63.107)	166.088	103.163.220	104.494.103	100,00	2.628.791	2.931.538	3.917.225	26.217.950	26.654.077	40.710.658
Total TVM e Derivativos (PASSIVO)	824	-	-	-	824	100,00	-	-	-	-	-	-

* Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Descrição	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromissos de Revenda	Prestação de Garantias	Banco Central			
Títulos Públicos - Brasil	73.074.635	26.721.329	551.444	1.192	-	100.348.600	97,27
Letras Financeiras do Tesouro	4.475.101	7.963.200	3.945	-	-	12.442.246	12,06
Letras do Tesouro Nacional	27.225.754	229.817	-	-	-	27.455.571	26,61
Notas do Tesouro Nacional	41.141.058	18.528.312	547.499	1.192	-	60.218.061	58,37
Tesouro Nacional/Securitização	166.219	-	-	-	-	166.219	0,16
Títulos da Dívida Agrária	273	-	-	-	-	273	0,00
Certificado Financeiro do Tesouro	66.230	-	-	-	-	66.230	0,06
Outros	-	-	-	-	-	-	0,00
Títulos - Empresas	2.814.620	-	-	-	-	2.814.620	2,73
Debêntures	363.040	-	-	-	-	363.040	0,35
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	0,00
Cotas de Fundos	27.977	-	-	-	-	27.977	0,03
Certificados de Recebíveis Imobiliários	62.916	-	-	-	-	62.916	0,06
Ações	2.360.687	-	-	-	-	2.360.687	2,29
31 de março de 2011	75.889.255	26.721.329	551.444	1.192	-	103.163.220	100,00
31 de dezembro de 2010	74.075.110	34.184.622	314.325	1.215	1	108.575.273	100,00
31 de março de 2010	75.580.667	28.563.286	309.190	621.838	351	105.075.332	100,00

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

Em 30 de dezembro de 2010, foi emitida a portaria STN nº728 que autorizou a emissão de 3.578.288 Letras do Tesouro Nacional – LTN no valor de R\$ 2.876.426 com vencimentos em 01/07/2012 (R\$ 1.438.220) e 01/04/2013 (R\$ 1.438.206) em favor da CAIXA em permuta por 1.323.797 títulos CVS com valor de R\$ 2.876.426 com vencimento em 1/01/2027.

(e) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Operações compromissadas	1.135.866	943.644	1.089.840
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.734	1.687	1.846
Ativos financeiros disponíveis para venda	(154.879)	(35.255)	67.547
Ativos financeiros mantidos para negociação	912.062	796.099	691.180
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.193.365	2.357.407	2.255.799
Total	4.093.148	4.063.582	4.106.212

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados com instrumentos de hedge, destinam-se a proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso da contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swap" em 31 de março de 2011 é de R\$ 80 (2010 - R\$ 32.980).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 28.007.935 (2010 - R\$ 11.249.569). O diferencial a pagar de Swap nessa data monta R\$ 824 (2010 - R\$ 994) e o diferencial a receber de Swap, R\$ 0 (2010 - R\$ 351).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	2011				2010							
	31 de março				31 de dezembro				31 de março			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros												
Compromissos de venda	28.007.935	-	-	28.007.935	18.932.655	-	-	18.932.655	11.249.569	-	-	11.249.569
Moeda estrangeira	11.483	-	-	11.483	8.368	-	-	8.368	7.610	-	-	7.610
Índices/ DDI	27.996.452	-	-	27.996.452	18.924.287	-	-	18.924.287	11.241.959	-	-	11.241.959
Contratos de swaps												
Posição ativa												
Taxa Referencial	-	-	-	-	136.804	1	14.515	151.320	1.695.442	351	62.722	1.758.515
Posição passiva												
Pós-Fixados	-	(824)	-	(824)	136.804	1.644	13.537	151.985	1.695.442	994	62.079	1.758.515

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado:

Descrição	2011						2010		
	31 de março						31 de dezembro	31 de março	
	1 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	2.527.394	-	3.913.719	10.179.454	8.429.846	2.720.316	27.770.729	18.800.994	11.241.958
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	-	11.483	-	-	-	-	11.483	8.368	7.610
ATIVO DOLAR - Futuros - posição comprada									
BM&F Bovespa	20.766	-	-	-	-	-	20.766	-	-
ATIVO DDI - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	32.234	-	-	-	-	-	32.234	57.604	-
ATIVO DDI - Futuros - posição comprada									
BM&F Bovespa	-	-	80.952	112.537	-	-	193.489	65.609	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

	2011	2010	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Swap	49	(1.819)	(168)
Futuro	(29.904)	23.349	(41.938)
Total	(29.855)	21.530	(42.106)

(j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Títulos públicos	551.282	314.168	309.191
- Notas do Tesouro Nacional	547.499	300.744	-
- Letras do Tesouro Nacional	-	9.739	141.816
- Letras Financeiras do Tesouro	3.783	3.685	167.375

(k) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da Instituição que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físicos e lógicos.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.

- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

Nota - 8 Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	2011	2010	
		31 de março	31 de dezembro	31 de março
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	3.924.891	5.218.082	4.171.550
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	26.460.679	25.729.976	22.167.977
Compulsório sobre depósito a prazo	Taxa selic	4.625.923	3.869.412	65.004
Compulsório adicional (1)	Taxa selic	19.888.398	19.109.921	14.553.087
Total		54.899.891	53.927.391	40.957.618

(1) Conforme Circular BACEN nº3.486/10, a partir de 2010 a exigibilidade adicional passou a ser recolhida em espécie com as seguintes alíquotas: depósitos à vista e a prazo – 8%; e depósitos de poupança – 10%, sendo que até dezembro de 2009 a exigibilidade estava vinculada em títulos.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R\$ 23.870.898 (2010 – R\$ 27.988.491) e provisões de R\$ 2.995.651 (2010 – R\$ 3.219.333), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Nos dias 28 e 29 de dezembro de 2010 foram celebrados contratos de novação com a União no valor de R\$ 5.493.700 sendo R\$ 3.546.063 em títulos CVS e o restante no valor de R\$ 1.947.638 referente aos juros que foram pagos em 01/02/2011.

Descrição	2011				2010	
	31 de março		31 de dezembro		31 de março	
Situação dos contratos	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (i)	2.564.637	(493.176)	2.557.588	(447.211)	2.604.771	(557.104)
Habilitados e não homologados (ii)	5.708.438	(2.069.059)	5.529.138	(1.999.363)	5.226.401	(1.980.909)
Habilitados e homologados (iii)	15.597.823	(433.416)	15.647.827	(466.757)	20.157.319	(681.320)
Total	23.870.898	(2.995.651)	23.734.553	(2.913.331)	27.988.491	(3.219.333)

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS, para homologação final do FCVS.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Créditos vinculados ao BACEN	1.064.399	939.425	364.909
Créditos vinculados ao SFH	517.126	284.996	412.286
Total	1.581.525	1.224.421	777.195

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 9 Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

(a.1) Curso normal

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010			
							31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Empréstimos e títulos descontados	2.946.193	2.040.813	1.773.554	4.705.194	6.982.010	26.088.346	44.536.110	27,99	41.643.077	27,92	37.117.368	32,72
Financiamentos	968.598	238.328	229.055	632.784	1.121.789	5.983.782	9.174.336	5,77	8.469.078	5,68	5.565.441	4,91
Financiamentos imobiliários	2.369.873	1.123.956	1.117.753	3.348.648	6.633.435	76.441.653	91.035.318	57,21	85.184.614	57,12	60.211.875	53,08
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	69.234	69.252	69.234	207.720	415.339	10.978.735	11.809.514	7,42	11.140.014	7,47	8.500.557	7,49
Outros créditos	1.259.905	476.468	300.255	380.782	151.394	12.935	2.581.739	1,62	2.702.190	1,81	2.032.662	1,79
31 de março de 2011	7.613.803	3.948.817	3.489.851	9.275.128	15.303.967	119.505.451	159.137.017	100,00			-	-
31 de dezembro de 2010	7.232.744	3.738.758	3.306.295	8.903.901	14.551.923	111.405.352	-	-	149.138.973	100,00	-	-
31 de março de 2010	5.849.822	3.308.366	2.995.582	7.826.391	12.723.933	80.723.809	-	-	-	-	113.427.903	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Curso anormal – Parcelas vincendas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010			
							31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Empréstimos e títulos descontados	154.601	142.686	139.477	398.716	706.971	2.428.644	3.971.095	13,24	2.577.957	9,97	2.241.290	11,19
Financiamentos	30.944	30.077	29.149	82.328	142.786	414.346	729.630	2,43	673.470	2,60	621.702	3,10
Financiamentos imobiliários	1.101.220	297.802	296.929	887.625	1.765.559	20.697.601	25.046.736	83,53	22.307.100	86,26	16.850.491	84,14
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	831	831	831	2.492	4.983	215.295	225.263	0,75	291.883	1,13	302.911	1,51
Outros créditos	9.380	268	100	267	355	2.268	12.638	0,04	10.294	0,04	10.482	0,05
31 de março de 2011	1.296.976	471.664	466.486	1.371.428	2.620.654	23.758.154	29.985.362	100,00	-	-	-	-
31 de dezembro de 2010	1.153.489	403.183	399.246	1.162.761	2.208.441	20.533.584	-	-	25.860.704	100	-	-
31 de março de 2010	715.910	335.824	331.578	969.348	1.826.016	15.848.200	-	-	-	-	20.026.876	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.3) Curso anormal – Parcelas vencidas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010			
							31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Empréstimos e títulos descontados	330.954	275.408	213.313	536.942	648.558	72.627	2.077.802	52,32	1.839.649	52,33	1.741.902	54,63
Financiamentos	24.158	24.411	166.199	302.298	342.148	24.514	883.728	22,25	809.285	23,02	673.355	21,12
Financiamentos imobiliários	132.819	82.027	174.698	295.414	291.553	10.449	986.960	24,85	838.311	23,85	746.310	23,40
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	-	-	118	2	2	10	132	0,00	9.237	0,26	6.617	0,21
Outros créditos	6.447	5.718	2.505	2.727	2.319	2.932	22.648	0,57	19.088	0,54	20.604	0,65
31 de março de 2011	494.378	387.564	556.833	1.137.383	1.284.580	110.532	3.971.270	100,00				
31 de dezembro de 2010	425.571	301.696	489.749	995.129	1.183.876	119.549	-	-	3.515.570	100,00	-	-
31 de março de 2010	384.147	321.934	428.497	822.551	1.141.997	89.662	-	-	-	-	3.188.788	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.4) Consolidação da composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2011		2010			
	Total em 31 de março (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 31 de dezembro (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 31 de março (a1)+(a2)+(a3)	%
Empréstimos e títulos descontados	50.585.007	26,20	46.060.683	25,80	41.100.560	30,1
Financiamentos	10.787.694	5,59	9.951.833	5,57	6.860.498	5,02
Financiamentos imobiliários	117.069.014	60,63	108.330.025	60,68	77.808.676	56,9
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	12.034.909	6,23	11.441.134	6,42	8.810.085	6,45
Outros créditos (nota 10 c.1)	2.617.025	1,36	2.731.572	1,53	2.063.748	1,51
Total	193.093.649	100,00	178.515.247	100,00	136.643.567	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2011				2010	
										Total em 31 de março	%	Total em 31 de dezembro	%	Total em 31 de março	%
Empréstimos e títulos descontados	5.959.691	26.522.926	10.166.613	3.485.864	1.400.053	640.875	405.665	309.011	1.694.309	50.585.007	26,20	46.060.683	25,80	41.100.560	30,08
Financiamentos	2.619.935	4.246.828	1.259.160	648.579	508.241	175.952	150.038	145.188	1.033.773	10.787.694	5,59	9.951.833	5,57	6.860.498	5,02
Financiamentos imobiliários	77.015	51.299.742	34.271.907	22.723.603	1.529.233	754.638	468.577	405.576	5.538.723	117.069.014	60,63	108.330.025	60,68	77.808.676	56,94
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	961.961	6.542.473	1.681.162	1.819.653	579.813	402.666	3	-	47.178	12.034.909	6,23	11.441.134	6,41	8.810.085	6,45
Outros Créditos	8.424	1.098.476	681.993	296.806	386.424	68.226	13.675	6.173	56.828	2.617.025	1,36	2.731.572	1,53	2.063.748	1,51
31 de março de 2011	9.627.026	89.710.445	48.060.835	28.974.505	4.403.764	2.042.357	1.037.958	865.948	8.370.811	193.093.649	100,00	-	-	-	-
%	4,99	46,46	24,89	15,01	2,28	1,06	0,54	0,45	4,34	100,00	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2010	9.836.648	88.712.380	40.935.095	23.994.247	3.861.454	1.442.303	1.085.515	940.056	7.707.549	-	-	178.515.247	100,00	-	-
%	5,51	49,69	22,93	13,44	2,16	0,81	0,61	0,53	4,32	-	-	100,00	-	-	-
31 de março de 2010	7.699.596	62.976.002	36.361.812	18.196.230	2.663.227	662.445	647.766	927.017	6.509.472	-	-	-	-	136.643.567	100,00
%	5,63	46,09	26,61	13,32	1,95	0,48	0,47	0,68	4,76	-	-	-	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Normal									2011		2010			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
1 a 30	790.304	3.240.527	2.008.651	822.465	413.837	94.458	46.776	34.031	162.754	7.613.803	4,78	7.232.744	4,85	5.849.822	5,16
31 a 60	247.430	1.904.127	933.965	454.598	213.883	54.586	23.878	19.248	97.102	3.948.817	2,48	3.738.758	2,51	3.308.366	2,92
61 a 90	154.436	1.745.869	863.430	398.319	164.847	42.764	18.080	17.752	84.354	3.489.851	2,19	3.306.295	2,22	2.995.582	2,64
91 a 180	346.577	4.860.363	2.170.919	1.095.526	372.806	102.171	45.651	54.163	226.952	9.275.128	5,83	8.903.901	5,97	7.826.391	6,90
181 a 360	599.858	8.585.805	3.623.418	1.551.799	389.153	145.390	70.109	22.958	315.477	15.303.967	9,62	14.551.923	9,76	12.723.933	11,22
Acima de 360	7.371.162	60.817.415	29.625.674	17.375.908	1.320.447	534.151	143.629	120.963	2.196.102	119.505.451	75,10	111.405.352	74,70	80.723.809	71,17
Total	9.509.767	81.154.106	39.226.057	21.698.615	2.874.973	973.520	348.123	269.115	3.082.741	159.137.017	100,00	149.138.973	100,00	113.427.903	100,00
%	5,98	51,00	24,65	13,64	1,81	0,61	0,22	0,17	1,94	100,00	-	100,00	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Curso anormal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Anormal									2011		2010			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Parcelas Vincendas	14.151	8.465.680	8.612.043	6.939.695	1.098.622	673.815	357.869	280.261	3.543.226	29.985.362	100,00	25.860.704	100,00	20.026.876	100,00
1 a 30	596	285.620	646.247	201.908	33.963	19.076	11.089	8.830	89.647	1.296.976	4,33	1.153.489	4,46	715.910	3,57
31 a 60	582	138.648	137.263	94.170	23.601	10.971	7.626	4.638	54.165	471.664	1,57	403.183	1,56	335.824	1,68
61 a 90	581	137.438	135.975	92.980	23.132	10.704	7.461	4.575	53.640	466.486	1,56	399.246	1,54	331.578	1,66
91 a 180	1.690	405.222	400.813	273.477	66.491	30.946	21.282	13.383	158.124	1.371.428	4,57	1.162.761	4,50	969.348	4,84
181 a 360	3.041	787.716	767.476	517.343	118.848	56.823	38.012	25.492	305.903	2.620.654	8,74	2.208.441	8,54	1.826.016	9,12
Acima de 360	7.661	6.711.036	6.524.269	5.759.817	832.587	545.295	272.399	223.343	2.881.747	23.758.154	79,23	20.533.584	79,40	15.848.200	79,13
Parcelas Vencidas	103.108	90.659	222.735	336.195	430.169	395.022	331.966	316.572	1.744.844	3.971.270	100	3.515.570	100,00	3.188.788	100,00
1 a 30	102.843	88.732	172.145	51.114	26.658	7.684	6.430	3.015	35.757	494.378	12,45	425.571	12,11	384.147	12,05
31 a 60	-	1.925	49.319	189.281	47.226	19.703	14.209	15.459	50.442	387.564	9,76	301.696	8,58	321.934	10,10
61 a 90	-	-	1.271	59.854	297.948	61.890	27.580	17.961	90.329	556.833	14,02	489.749	13,93	428.497	13,44
91 a 180	-	-	-	35.946	58.224	265.981	240.292	239.336	297.604	1.137.383	28,64	995.129	28,31	822.552	25,80
181 a 360	-	-	-	-	113	39.764	43.455	40.760	1.160.488	1.284.580	32,35	1.183.876	33,68	1.141.997	35,81
Acima de 360	265	2	-	-	-	-	-	41	110.224	110.532	2,78	119.549	3,40	89.661	2,81
Total	117.259	8.556.339	8.834.778	7.275.890	1.528.791	1.068.837	689.835	596.833	5.288.070	33.956.632	117.259	29.376.274	-	23.215.664	-
%	0,35	25,20	26,02	21,43	4,50	3,15	2,03	1,76	15,57	100	0,35	100,00	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

DESCRIÇÃO	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
SETOR PÚBLICO	15.939.194	8,25	15.583.878	8,73	11.834.905	8,66
Administração direta	6.577.675	3,41	6.363.069	3,56	5.040.102	3,68
Petroquímico	5.715.503	2,96	5.659.945	3,17	3.615.043	2,65
Saneamento	2.296.133	1,19	2.266.076	1,27	1.982.703	1,45
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	640.078	0,33	598.865	0,34	547.482	0,4
Outros	709.805	0,37	695.923	0,39	649.575	0,48
SETOR PRIVADO	177.154.455	91,75	162.931.369	91,27	124.808.662	91,34
PESSOA JURÍDICA	42.606.716	22,07	37.933.073	21,25	31.346.576	22,94
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	21.722.349	11,25	18.265.635	10,23	15.979.445	11,69
Comércio Varejista e Atacadista	6.708.510	3,47	6.433.934	3,60	5.476.632	4,01
Metalurgia	5.157.846	2,67	3.100.198	1,74	3.152.689	2,31
Fabricação de Produtos Químicos	301.311	0,16	296.159	0,17	1.161.830	0,85
Alimentos	2.637.558	1,37	2.138.161	1,20	1.013.055	0,74
Veículos Leves e Pesados	704.211	0,36	668.403	0,37	562.967	0,41
Vestuário e Acessórios	348.811	0,18	359.045	0,20	306.381	0,22
Outros - Indústria e Comércio	5.864.102	3,04	5.269.735	2,95	4.305.891	3,15
SERVIÇOS	20.884.367	10,82	19.667.438	11,02	15.367.131	11,25
Petroquímico	508.273	0,26	493.977	0,27	445.727	0,32
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	2.882.104	1,49	2.693.267	1,51	1.838.818	1,35
Saneamento	221.688	0,11	207.208	0,12	200.172	0,15
Construção Civil	1.088.723	0,56	1.014.892	0,57	875.771	0,64
Saúde	1.402.610	0,73	1.352.890	0,76	1.127.391	0,83
Atividades de Serviços Financeiros	3.727.071	1,93	3.452.306	1,93	2.638.631	1,93
Escritório	408.847	0,21	401.856	0,23	339.675	0,25
Transporte Terrestre	484.847	0,25	376.421	0,21	543.104	0,4
Educação	309.216	0,16	303.384	0,17	239.442	0,18
Infraestrutura	256.253	0,13	242.229	0,14	170.301	0,12
Habitação	2.146.477	1,11	1.870.616	1,05	1.163.079	0,85
Telecomunicações	2.072.055	1,07	2.075.466	1,16	2.066.340	1,51
Outros Serviços	5.376.203	2,78	5.182.926	2,90	3.718.680	2,72
PESSOA FÍSICA	134.547.739	69,68	124.998.296	70,03	93.462.086	68,4
Habitação	106.644.312	55,23	98.675.809	55,28	71.035.128	51,99
Empréstimos	27.903.427	14,45	26.322.487	14,75	22.426.958	16,41
Total	193.093.649	100,00	178.515.247	100,00	136.643.567	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

Descrição	2011				2010			
	31 de março				31 de dezembro		31 de março	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%	Total	%
Curto prazo	1.693.490,00	48.136.528,00	49.830.018	25,81	43.060.741	24,12	37.096.577	27,15
De 0 a 90 dias	474.678,00	20.784.183,00	21.258.861	11,01	16.233.718	9,09	13.750.886	10,06
De 91 a 360 dias	1.218.812,00	27.352.345,00	28.571.157	14,80	26.827.023	15,03	23.345.691	17,09
Longo prazo	14.245.704,00	129.017.927,00	143.263.631	74,19	131.938.936	73,91	96.516.660	70,63
De 1 ano até 3 anos	3.039.157,00	51.808.960,00	54.848.117	28,40	50.930.041	28,53	42.291.412	30,94
De 3 anos até 5 anos	2.712.162,00	35.790.068,00	38.502.230	19,94	35.524.893	19,90	25.712.938	18,82
De 5 anos até 15 anos	5.063.717,00	36.183.924,00	41.247.641	21,36	36.797.348	20,61	21.764.767	15,92
Mais de 15 anos	3.430.668,00	5.234.975,00	8.665.643	4,49	8.686.654	4,87	6.747.543	4,95
Total normal	15.936.079	173.372.782	189.308.861	98,04	174.999.677	98,03	133.613.237	97,78
Total vencido	3.117	3.781.671	3.784.788	1,96	3.515.570	1,97	3.030.330	2,22
Total geral	15.939.194	177.154.455	193.093.649	100,00	178.515.247	100,00	136.643.567	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 2.617.025 (2009 – R\$ 2.063.748), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(c1).

(f) Rendas de operação de crédito

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	3.390.934	2.957.410	2.396.738
Financiamentos imobiliários	2.587.216	2.355.840	1.611.356
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	221.634	219.515	171.628
Outros créditos	2.222	2.398	2.199
Total	6.202.006	5.535.163	4.181.921

(g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Saldo inicial	11.299.930	10.361.115	8.980.076
Provisão específica	11.299.930	10.361.115	8.408.422
Provisão adicional (i)	-	-	571.654
Constituição	1.587.630	1.631.216	1.328.859
Reversão da provisão adicional (i)	-	-	(571.654)
Baixas	(10.162)	(451.978)	(38.322)
Transferência para prejuízo	(529.960)	(240.423)	(527.247)
Saldo final	12.347.438	11.299.930	9.171.712
Provisão específica	12.347.438	11.299.930	9.171.712
Provisão adicional	-	-	-

(i) No 1º trimestre de 2010 foi revertida a provisão o adicional anteriormente constituída, em função da melhora das condições macroeconômicas e do comportamento da inadimplência da carteira de crédito comercial da CAIXA.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Concentração dos principais devedores

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Principal devedor	5.715.502	2,96	5.659.943	3,17	3.615.043	2,64
10 maiores devedores	18.975.504	9,83	16.143.293	9,04	13.320.236	9,75
20 maiores devedores	22.998.809	11,91	20.003.915	11,21	16.516.261	12,08
50 maiores devedores	28.297.922	14,66	25.073.515	14,05	20.583.643	15,06
100 maiores devedores	31.655.424	16,39	28.300.232	15,85	23.284.001	17,04

(i) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Operações Renegociadas	634.696	2.632.371	592.894
Operações Comerciais	510.897	2.082.136	468.426
Operações Habitacionais	123.799	550.235	124.468
Operações Recuperadas	128.471	695.192	130.906
Operações Comerciais	51.271	336.789	50.252
Operações Habitacionais	77.200	358.403	80.654

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
AA	-	-	-	-	-	-
A	132.615	21.234	256.499	32.712	5.492	448.552
B	101.666	12.592	342.719	16.812	6.820	480.609
C	104.576	19.457	681.708	54.590	8.904	869.235
D	140.005	50.824	152.923	57.981	38.642	440.375
E	192.262	52.786	226.391	120.800	20.468	612.707
F	202.833	75.019	234.288	1	6.838	518.979
G	216.308	101.631	283.903	-	4.321	606.163
H	1.694.310	1.033.774	5.538.725	47.178	56.831	8.370.818
31 de março de 2011	2.784.575	1.367.317	7.717.156	330.074	148.316	12.347.438
%	22,55	11,07	62,51	2,67	1,20	100,00
31 de dezembro de 2010	2.502.944	1.287.734	7.182.903	172.592	153.757	11.299.930
%	22,15	11,40	63,57	1,53	1,35	100,00
31 de março de 2010	2.298.112	1.252.069	5.262.727	272.449	86.355	9.171.712
%	25,06	13,65	57,38	2,97	0,94	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 148.314 (2010 – R\$ 86.355), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(d).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 10 **Outros créditos**
(a) Carteira de câmbio

Descrição	2011		2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março	31 de março
Ativo - Outros créditos	16.815	28.055	22.651	22.651
Câmbio comprado a liquidar - ME	2.710	4.014	13.090	13.090
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	14.105	24.041	9.691	9.691
(-) Adiantamentos recebidos - MN	-	-	(130)	(130)
Ativo circulante	16.815	28.055	22.651	22.651
Passivo - Outras obrigações	17.666	28.193	22.999	22.999
Câmbio vendido a liquidar - ME	8.089	4.152	9.909	9.909
Obrigações por compras de câmbio - MN	9.577	24.041	13.090	13.090
Passivo circulante	17.666	28.193	22.999	22.999

(a.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2011		2010	
	1º Trimestre	4º trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre
Receitas	58.370	67.024	30.072	30.072
Disponibilidade em moeda estrangeira	58.370	67.024	30.072	30.072
Despesas	(57.495)	(65.349)	(29.260)	(29.260)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(57.495)	(65.349)	(29.260)	(29.260)
Resultado de câmbio	875	1.675	812	812

(b) Rendas a receber

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Dividendos e JCP a receber(i)	184.011	9,43	115.852	10,84	479.770	39,10
FGTS	260.052	21,74	235.208	22,02	215.975	17,60
Seguro-desemprego	123.257	10,30	108.807	10,19	69.191	5,64
Orçamento Geral da União	155.299	12,98	139.268	13,04	127.353	10,40
Convênios	37.059	3,10	28.441	2,66	27.610	2,25
INSS	130.786	10,93	82.513	7,72	43.208	3,52
FAR	13.252	1,11	13.349	1,25	13.955	1,14
Fundos de investimento	61.170	5,11	65.580	6,14	38.881	3,17
Bolsa Família	73.962	6,18	74.761	7,00	64.604	5,27
Bolsa Escola	8.725	0,73	8.744	0,82	8.744	0,71
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	18.020	1,51	22.066	2,07	22.015	1,80
PIS	109.330	9,14	108.763	10,18	60.775	4,96
FIES	71.304	5,96	42.394	3,97	26.881	2,19
Outros	21.094	1,78	22.537	2,10	27.445	2,24
Total	1.267.321	100,00	1.068.283	100,00	1.226.407	100,00
Ativo circulante	1.083.310	85,48	1.046.436	98,00	945.229	77,07
Ativo não circulante	184.011	14,52	21.847	2,00	281.178	22,93

(i) O saldo refere-se a dividendos e JCP da Caixa Seguros e do FND.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Diversos

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Adiantamentos	387.190	1,55	236.175	0,84	358.702	2,1
Créditos tributários (Nota 22 a)	11.448.578	45,83	11.191.125	39,6	9.195.168	54,0
Devedores por depósitos em garantia (Nota 32 a ii)	8.680.168	34,75	8.514.615	30,1	4.046.349	23,0
Impostos e contribuições a compensar	234.868	0,95	216.061	0,76	356.283	2,1
Pagamentos a ressarcir	55.332	0,22	405.454	1,43	48.654	0,2
Participações pagas antecipadamente	-	-	1.698.339	6,01	-	-
Outros créditos com características de concessão de crédito (c.1)	2.584.440	10,35	2.703.350	9,57	2.033.721	11,9
Outros créditos sem características de concessão de crédito (c.2)	101.119	0,4	99.437	0,35	127.528	0,7
Devedores diversos (c.3)	1.652.008	6,61	3.193.994	11,3	1.030.536	6,0
Provisão para perdas - Diversos(i)	(167.813)	-	(164.195)	-	(192.220)	-
Total	24.975.890	100,00	28.094.355	100	17.004.721	100,0
Ativo circulante	13.460.624	53,89	17.044.790	60,7	7.937.084	46,67
Ativo não circulante	11.515.266	46,11	11.049.565	39,3	9.067.637	53,33

(i) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Devedores por compra de valores e bens	15.274	14.305	10.399
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	7.030	7.590	9.998
Cartão de crédito	2.562.136	2.681.455	1.996.088
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	-	17.236
Subtotal	2.584.440	2.703.350	2.033.721
Créditos por avais e fianças honradas	32.585	28.222	30.026
Total	2.617.025	2.731.572	2.063.747

(c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Cartão de crédito	60.485	53.636	53.610
SAÚDE CAIXA	(399)	(270)	(8.271)
Aquisição de Royalties e compensações FI	38.899	43.392	68.102
Outros	2.134	2.679	14.087
Total	101.119	99.437	127.528

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Devedores diversos

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Valores a apropriar (i)	764.145	919.423	715.912
Juros de FCVS a receber	-	1.947.638	-
Seguros a receber	87.112	88.084	102.692
Outros devedores	711.439	150.999	127.880
Créditos adquiridos	89.312	87.850	84.052
Total	1.652.008	3.193.994	1.030.536

(i) Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota nº 20 (c.3).

(d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Com característica de concessão de crédito	(148.316)	(153.756)	(86.355)
. Cartão de crédito	(133.635)	(140.870)	(77.788)
. Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	-	(1.724)
. Créditos por avais e fianças honradas	(9.762)	(8.824)	(2.757)
. Devedores por compra de valores e bens	(4.849)	(3.986)	(3.986)
. Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(70)	(76)	(100)
Total	(148.316)	(153.756)	(86.355)
Ativo circulante	(139.556)	(146.527)	(83.737)
Ativo não circulante	(8.760)	(7.229)	(2.618)

Nota - 11 Outros valores e bens

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Bens não de uso próprio (i)	673.163	692.125	711.481
Imóveis patrimoniais não de uso	127.934	117.927	60.292
Imóveis adjudicados/Arrematados	545.229	574.198	651.189
Despesas antecipadas (ii)	542.197	556.980	728.649
Material de consumo	36.830	33.835	25.956
Total	1.252.190	1.282.940	1.466.087

(i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) O montante relativo à “Desp. antecipadas”, refere-se, sobretudo a antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota - 12 Investimentos

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
CAIXA SEGUROS	1.170.140	1.201.979	985.478
Banco Panamericano	780.848	780.848	739.272
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento (i)	2.967	2.967	2.100
CIBRASEC - Cia Brasileira de Securitização	6.903	6.647	6.516
TECBAN - Tecnologia bancária	31.818	31.818	31.818
VISANET	65.825	65.825	65.825
BIAPE	845	849	1.238
Outros investimentos (i)	67.735	58.649	20.642
Total	2.127.081	2.149.582	1.852.889

(i) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável .

..

Os investimentos são preponderantemente constituídos pelos investimentos constantes na Caixa Participações, empresa esta, que é subsidiária integral da CAIXA, constituída no exercício de 2009, por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

(i) Resultado de participações em coligadas

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Caixa Seguros	19.106	56.983	101.876
Banco Panamericano*	-	23.088	-
CIBRASEC	255	(59)	516
Participações no exterior	16	(324)	(5)
Total da participação	19.377	79.688	102.387

*Avaliado pelo MEP com posição de 31/07/2010.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 13 Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Descrição	2010		2011				
	31 de março	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	31 de março	%
Imóveis de uso	902.692	885.566	10.401	(8.644)	(9.795)	877.528	44,86
- Edificações	620.241	613.519	10.401	(8.004)	(9.795)	606.122	30,99
- Terrenos	282.451	272.047	-	(640)	-	271.406	13,88
Imobilizações em curso	4.645	85.169	-	(79.588)	-	5.581	0,29
Instalações, móveis e equip. de uso	198.617	289.468	25.424	-	(13.641)	301.252	15,40
Sist. de comunicação	21.579	21.101	429	-	(1.140)	20.390	1,04
Sist. proc. de dados	630.653	655.640	126.247	-	(75.218)	706.668	36,13
Sist. de transporte e segurança	47.346	45.494	6.546	-	(7.520)	44.520	2,28
Total	1.805.532	1.982.438	169.047	(88.233)	(107.314)	1.955.939	100,00

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 16,61% (2010 – 14,98%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Nota - 14 Intangível

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.642/2008, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 15) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item “aquisição de folha de pagamento” foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado.

Descrição	2010		2011				
	31 de março	31 de dezembro	Adições	Vlr recup de ativos	Amortiz.	31 de março	%
Aquisição de folha de pagto	783.337	876.591	29.963	-	(47.513)	859.198	68,20
Outros ativos intangíveis	-	324.200	-	-	(233)	323.811	25,70
Projetos logiciais - Software	25.719	59.167	21.655	-	(3.989)	76.832	6,10
Total	809.056	1.259.958	51.618	-	(51.735)	1.259.841	100,00

Nota - 15 Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008, tiveram os seguintes procedimentos:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os gastos em imóveis de terceiros foram registrados como despesas e as benfeitorias em imóveis próprios foram registradas em imobilizado de uso (Nota 13 - Edificações).
- Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 14).

Descrição	2010		2011			
	31 de março	31 de dezembro	Baixas	Amortiz.	31 de março	%
Gastos em imóveis de terceiros	64.588	36.640	(15.756)	8.423	29.307	47,75
Gastos com projetos logiciais	44.059	25.383	(3.560)	(5.551)	19.832	32,31
Benfeitorias em imóveis próprios	29.644	16.017	-	(222)	12.235	19,94
Total	138.291	78.040	(19.316)	2.650	61.374	100,00

Nota - 16 Depósitos e captações no mercado aberto
a) Depósitos

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Depósitos à Vista	20.021.783	8,8	19.626.215	9,12	17.740.114	9,3
Pessoas Físicas	7.678.426	3,37	7.885.465	3,66	7.424.110	3,89
Pessoas Jurídicas	9.768.412	4,29	9.526.474	4,43	8.008.557	4,2
Vinculados	882.764	0,39	841.781	0,39	891.279	0,47
Governo	1.261.204	0,55	1.064.234	0,49	967.180	0,51
Moedas Estrangeiras	45.652	0,02	1.604	0	0	0
Instituições do sistema Financeiro	22.023	0,01	17.678	0,01	15.041	0
Entidades públicas	321.729	0,14	242.162	0,11	404.524	0,21
Outros	41.573	0,02	46.817	0,02	29.423	0,02
Depósitos de Poupança	132.590.494	58,24	129.429.635	60,15	111.340.597	58,38
Pessoas Físicas	129.841.750	57,03	127.116.245	59,07	109.537.791	57,44
Pessoas Jurídicas	2.745.651	1,21	2.310.186	1,07	1.799.112	0,94
Vinculados	3.093	0	3.204	0	3.694	0
Depósitos Interfinanceiros	3.201.077	1,41	1.206.670	0,56	48.936	0,03
Depósitos a prazo	60.126.231	26,41	54.207.413	25,19	48.883.637	25,64
Dep. a prazo em moeda nacional	35.342.853	15,53	30.423.148	14,14	24.994.646	13,11
Dep. judiciais com remuneração	24.783.378	10,89	23.784.265	11,05	23.888.991	12,53
Obrig. por depósitos especiais e de fundos e programas (f)	11.465.213	5,04	10.594.286	4,92	12.596.128	6,6
Outras captações	252.030	0,11	118.077	0,05	99.947	0,05
Total	227.656.828	100	215.182.296	100	190.709.359	100
Passivo circulante	226.715.577	99,58	214.490.066	99,68	190.617.876	99,95
Passivo não circulante	941.251	0,42	692.230	0,32	91.483	0,05

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	2011						2010	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Depósitos à Vista	20.031.783	-	-	-	-	20.031.783	19.626.215	17.740.114
Depósitos de Poupança	132.590.494	-	-	-	-	132.590.494	129.429.635	111.340.597
Depósitos Interfinanceiros		3.182.752	12.749	5.576	-	3.201.077	1.206.670	48.936
Depósitos a prazo	24.783.378	1.326.481	5.919.356	15.339.273	12.757.743	60.126.231	54.207.413	48.883.637
Depósitos Judiciais	24.783.378				-	24.783.378	23.784.265	23.888.991
Aplicações		1.326.481	5.919.356	15.339.273	12.757.743	35.342.853	30.423.148	24.994.646
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.465.213	-	-	-	-	11.465.213	10.594.286	12.596.128
Outras captações	252.030	-	-	-	-	252.030	118.077	99.947
Total	189.122.556	4.516.044	5.932.105	15.344.849	12.757.743	227.656.828	215.182.296	190.709.359
%	83,06	1,98	2,6	6,74	5,62	100,00	100,00	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º trimestre	1º Trimestre
Depósitos de Poupança	(2.195.513)	(2.047.606)	(1.641.402)
Depósitos Interfinanceiros	(69.067)	(29.844)	(620)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(848.111)	(731.234)	(467.718)
Depósitos judiciais	(318.546)	(297.325)	(231.044)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(220.991)	(235.097)	(264.828)
FGC-Fundo Garantidor de Crédito	(72.267)	(67.063)	(61.842)
Total	(3.724.495)	(3.408.168)	(2.667.454)

(d) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto no montante de R\$ 56.491.902 (2010 - R\$ 66.284.539), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Carteira Própria	26.076.858	33.883.020	27.884.190
Letras Financeiras do Tesouro	7.954.676	7.805.155	5.947.183
Letras do Tesouro Nacional	229.646	7.654.676	8.983.403
Notas do Tesouro Nacional	17.892.536	18.423.189	12.953.604
Carteira de Terceiros	29.619.229	11.327.865	38.400.349
Letras Financeiras do Tesouro	10.345.550	11.026.875	12.074.681
Letras do Tesouro Nacional	7.532.620	-	7.221.649
Notas do Tesouro Nacional	11.741.059	300.990	19.104.019
Total	52.696.087	45.210.885	66.284.539
Passivo circulante	52.696.087	45.210.885	66.284.539
Passivo não circulante	-	-	-

(e) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º trimestre	1º Trimestre
Carteira Própria	(671.533)	(659.590)	(553.944)
Carteira de Terceiros	(796.226)	(878.973)	(867.814)
Total	(1.467.759)	(1.538.563)	(1.421.758)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. A seguir, descrevemos os quadros de composição e de remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas (f.1):

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Depósitos - FGTS	4.865.727	42,44	4.531.934	42,78	5.641.726	44,79
Depósitos - Especiais com remuneração	1.274.019	11,11	1.325.294	12,51	1.483.492	11,78
Depósitos - FAT (f.2)	2.998.384	26,15	3.144.120	29,68	3.622.066	28,76
Depósitos - FISANE	7.077	0,06	6.958	0,07	6.620	0,05
Depósitos - PRODEC	42.053	0,37	41.416	0,39	39.619	0,31
Depósitos - PIS	191.676	1,67	86.143	0,81	280.724	2,23
Depósitos - FIEL	-	0,00	-	0,00	54.846	0,44
Depósitos - FGS	13.305	0,12	21.041	0,20	71.621	0,57
Depósitos - FAR	174.716	1,52	56.053	0,53	351.777	2,79
Depósitos - FDS	553.662	4,83	565.139	5,33	352.555	2,80
Depósitos - Profrota pesqueira	51.662	0,45	50.343	0,48	46.788	0,37
Depósitos - FAS	5.623	0,05	4.607	0,04	1.163	0,01
Depósitos - PREVHAB	418.632	3,65	407.691	3,85	379.313	3,01
Saúde CAIXA	149.906	1,31	143.382	1,35	102.058	0,81
Outros	718.771	6,27	210.165	1,98	161.760	1,28
Total	11.465.213	100,00	10.594.286	100,00	12.596.128	100,00
Passivo circulante	11.465.213	100,00	10.594.286	100,00	12.596.128	100,00
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2011	2010	
		1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos - FGTS	Selic	(100.179)	(113.129)	(127.078)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(45.156)	(48.390)	(75.445)
Depósitos - FISANE	TR	(119)	(115)	(101)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(736)	(716)	(631)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(13.516)	(11.532)	(14.360)
Depósitos - FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	(205)	(676)	(544)
Depósitos - FGS	Selic fatordia /Extra mercado	(530)	(1.211)	(2.176)
Depósitos - FAR	Selic	(6.481)	(6.905)	(6.481)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	-	(13.281)	-
Depósitos - Profrota pesqueira	Selic fator dia	-	(1.275)	-
Depósitos - FAS	TR	(13)	(9)	-
Depósitos - PREVHAB	Selic	(11.950)	(11.297)	(8.402)
Depósitos - Caução	TR	(1.496)	(5.520)	(6.130)
Outros	-	(40.610)	(21.041)	(23.478)
Total	-	(220.991)	(235.097)	(264.826)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

Descrição	Resolução/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			2011			2010					
		Forma	Data	Data Final	31 de março			31 de dezembro			31 de março		
					Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
Programas					144.622	2.684.290	2.828.912	178.981	2.792.236	2.971.217	93.064	3.275.181	3.368.245
Proger urbano				-	73.793	1.944.185	2.017.978	71.273	2.043.401	2.114.674	82.302	2.355.477	2.437.779
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	71.720	1.928.714	2.000.434	68.780	2.027.047	2.095.827	76.165	2.331.961	2.408.126
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	803	8.057	8.860	1.356	8.379	9.735	3.280	13.106	16.386
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	44	44	-	46	46	-	53	53
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	1.270	7.370	8.640	1.137	7.929	9.066	2.857	10.357	13.214
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	2.280	49.637	51.916	2.772	55.601	58.373	3.463	78.521	81.984
FAT infra estrutura				-	66.858	675.417	742.275	103.742	676.878	780.620	3.009	823.090	826.099
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	66.858	675.417	742.275	103.742	676.878	780.620	3.009	823.090	826.099
FAT – PNMPO				-	1.692	15.052	16.743	1.194	16.356	17.550	4.290	18.093	22.383
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.691	15.052	16.743	1.194	16.356	17.550	4.290	18.093	22.383
Linhas de crédito especiais					8.670	160.802	169.472	7.970	164.933	172.903	73.644	180.177	253.821
FAT - inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	-	116.560	116.560	-	114.897	114.897	65	109.962	110.027
FAT - material de construção	mar/06	RA	10/02/2006	-	-	-	-	-	-	-	19.786	5.803	25.589
FAT - giro setorial				-	8.670	44.242	52.912	7.970	50.036	58.006	3.419	64.404	67.823
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	5.374	28.075	33.449	4.668	31.630	36.298	1.560	40.240	41.800
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	3.296	16.166	19.462	3.302	18.406	21.708	1.859	24.164	26.023
FAT - moto-frete	01/	RA	10/03/2010	13/04/2010	-	-	-	-	-	-	50.374	8	50.382
Total					153.292	2.845.091	2.998.384	186.951	2.957.169	3.144.120	166.708	3.455.358	3.622.066

(1) RA - Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, *pro rata die*, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pela Resolução CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Nota - 17 Recursos de letras hipotecárias, de letras de crédito imobiliário e de letras financeiras

a) Recursos de letras

Papel	Indexador	2011				2010		
		Prazo mínimo de resgate				31 de março	31 de dezembro	31 de março
		3 meses	12 meses	3 anos	5 anos			
LetraHipotecária	IGP-M	-	11.896	-	501.091	512.987	513.211	462.293
LetraHipotecária	INPC	-	-	-	10.092	10.092	10.705	9.490
LetraHipotecária	TR	-	-	-	31.961	31.961	35.012	40.043
Letra Imobiliária	IGP-M	32.106	-	8.310	7.446	47.862	46.724	43.132
Letra Imobiliária	INPC	-	-	35.856	-	35.856	35.111	33.719
Letra Imobiliária	CDI	-	6.210	-	-	6.210	6.068	-
Letra Imobiliária	CDI	924.537	4.608.802	5.088.333	-	10.681.672	8.919.778	3.108.915
Letra Financeira	CDI	-	-	1.807.189	-	1.807.189	1.748.911	-
Total		95.072	2.620.016	9.868.151	550.960	13.133.829	11.315.520	2.475.441
Passivo circulante						2.715.088	2.533.901	1.897.033
Passivo não circulante						10.418.741	8.781.619	578.408

b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Letras Imobiliárias	(234.219)	(174.548)	(45.392)
Letras Hipotecárias	(26.405)	(29.948)	(25.122)
Letras Financeiras	(47.879)	(44.782)	-
Total	(308.503)	(249.278)	(70.514)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 18 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados. Substancialmente, as operações estão atreladas a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 31 de março de 2011 é de R\$ 200.659 (2010 - R\$ 8.716).

Nota - 19 Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
FGTS	59.838.280	54.172.590	40.857.611
BNDES	5.948.039	6.002.181	2.822.917
Tesouro Nacional - PIS	533.415	617.133	399.851
Outras instituições	216.890	219.069	216.722
Total	66.536.624	61.010.973	44.297.102
Passivo circulante	540.308	636.879	433.163
Passivo não circulante	65.996.316	60.374.094	43.863.939

(a) Despesas com obrigações por repasses no País - Instituições oficiais

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º trimestre	1º Trimestre
FGTS	(1.070.207)	(1.015.610)	(726.949)
BNDES	(64.900)	(61.321)	(61.936)
Tesouro Nacional - PIS	(10.193)	(9.169)	(7.519)
Outras instituições	(23.880)	(18.967)	(18.403)
Total	(1.169.180)	(1.105.067)	(814.807)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 20 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	172.497	10,3	135.103	10,1	110.346	8,83
Imposto de Renda	42.430	1,74	8.917	0,67	11.216	0,9
Contribuição Social	17.712	0,79	-	-	5.753	0,46
COFINS	96.718	6,65	108.667	8,11	80.431	6,43
PASEP	15.639	1,07	17.519	1,31	12.946	1,04
Impostos e contribuições a recolher	404.221	27,8	387.118	28,9	342.437	27,4
Sobre salários	260.162	17,9	230.090	17,2	215.742	17,26
Sobre serviços	144.059	9,9	157.028	11,7	126.695	10,14
Impostos e contribuições diferidos	312.538	21,5	241.850	18,1	263.939	21,11
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	122.408	8,41	125.103	9,4	131.278	10,5
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	73.445	5,05	75.062	5,6	78.767	6,3
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	41.522	2,85	-	-	16.288	1,3
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	24.912	1,71	-	-	9.773	0,78
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	-	-	-	-	1.790	0,14
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	-	-	-	-	1.073	0,09
Contratos futuros	10.320	0,71	14.536	1,09	-	-
PASEP	39.931	2,74	27.149	2,03	24.970	2
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 32 (a))	588.918	40,5	575.572	43	533.261	42,66
INSS	275.888	19	271.304	20,3	256.088	20,49
ISS	159.757	11	152.560	11,4	134.480	10,76
IRPJ/CSLL	125.808	8,65	123.774	9,24	118.060	9,44
Outros	27.465	1,9	27.934	2,08	24.633	1,97
Total	1.478.175	100	1.339.643	100	1.249.983	100
Passivo circulante	1.282.322	86,5	1.139.478	85,1	1.039.938	83,19
Passivo não circulante	195.853	13,5	200.165	15	210.045	16,81

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Obrigações de operações com loterias	425.527	9,91	920.316	19	414.859	10,75
Obrigações por fundos e programas sociais	3.106.335	72,37	2.978.609	61,6	2.387.034	61,83
FGTS	1.821.763	42,44	1.886.208	39	1.687.259	43,7
Minha Casa Minha Vida	737.088	17,17	423.940	8,77	78.547	2,03
FIES	18.442	0,43	20.125	0,42	17.519	0,45
Bolsa Família	48.985	1,14	183.828	3,8	93.499	2,42
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	309.292	7,21	327.761	6,78	362.358	9,39
PRONASCI	13.459	0,31	788	0,02	28.012	0,73
PRODEC	19.898	0,46	19.545	0,4	18.600	0,48
Outros fundos e programas	137.408	3,20	116.414	2,4	101.240	2,62
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	760.425	17,72	937.561	19,4	1.058.771	27,42
PIS	580.538	13,53	503.049	10,4	717.433	18,58
FAT	178.556	4,16	433.181	8,96	339.997	8,81
Outros	1.331	0,03	1.331	0,03	1.341	0,03
Total	4.292.287	100,00	4.836.486	100	3.860.664	100
Passivo circulante	4.292.287	100,00	4.836.486	100	3.860.664	100

(c) Diversas

Descrição	2011		2010			
	31 de março	%	31 de dezembro	%	31 de março	%
Obrigações por contribuições ao SFH	114.830	0,48	114.414	0,46	113.222	0,6
Obrigações por convênios oficiais	249.328	1,04	224.861	0,91	234.760	1,2
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	69.419	0,29	98.604	0,4	52.104	0,3
Provisão para pagamentos a efetuar (c.1)	7.908.155	32,9	7.656.466	30,9	7.317.988	37
Provisões trabalhistas e cíveis (c.2)	7.005.481	29,1	7.054.598	28,5	6.657.546	32
Recursos vinculados a operações de crédito (i)	202.344	0,84	206.797	0,83	173.511	0,9
Recursos do FGTS para amortizações	97.958	0,41	88.982	0,36	60.566	0,3
Credores por recursos a liberar	2.469.233	10,3	2.577.147	10,4	-	-
Credores diversos - Exterior	134	0	26	0	59	0
Credores diversos - País (c.3)	5.938.812	24,7	6.764.342	27,3	5.340.073	26
Total	24.055.694	100	24.786.237	100	19.949.829	100
Passivo circulante	24.055.694	100	24.786.237	100	19.949.829	100

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Despesas de pessoal	1.540.735	1.403.353	1.347.123
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota nº 34)	5.957.338	5.840.201	5.624.649
SAÚDE CAIXA	5.297.547	5.169.596	4.873.719
Auxílio e cesta alimentação	615.896	626.970	708.110
PREVHAB	43.895	43.635	42.820
Outros pagamentos	410.082	412.912	346.216
Total	7.908.155	7.656.466	7.317.988

(c.2) Provisões trabalhistas e cíveis

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Provisão para contingências (Nota nº 32)	7.005.481	7.054.598	6.657.546
Trabalhistas	2.702.153	2.687.488	2.590.753
Ações judiciais cíveis	3.524.499	3.587.568	3.325.419
Outras	778.829	779.542	741.374

(c.3) Credores diversos – País

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Cartões de crédito	2.450.047	2.671.756	2.005.043
Contas a pagar	491.191	665.424	391.911
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (ii)	328.324	322.648	306.024
Créditos adquiridos	418.124	416.338	407.780
Valores a apropriar (Nota nº 10(c.3))	953.174	979.143	909.700
Outros credores diversos	1.297.952	1.709.033	1.092.037
Total	5.938.812	6.764.342	5.112.495

(i) Recursos vinculados a operações de crédito

Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(ii) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

Referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/01, foi convertida, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, utilizado no cálculo dos limites de Basileia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R\$ 5.180.221 (2010 – R\$ 4.827.885). O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular, celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar elegíveis ao nível II de capital os recursos ora contratados. A dívida não possui data de vencimento e mensalmente são incorporados ao saldo devedor e pagos anualmente de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da medida provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.600. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Segue abaixo quadro contendo os valores, pagamentos de juros, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Medida provisória 347/2007 - saldo atual	6.520.511	6.282.068	6.146.978
Medida provisória 347/2007 - principal	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 347/07	1.320.511	1.082.068	946.978
Medida provisória 470/2009 - saldo atual	6.601.715	6.734.081	6.196.446
Medida provisória 470/2009 - principal	5.999.999	5.999.999	5.999.999
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 470/09	994.539	734.082	196.447
(-) Pagamento de juros	(392.823)	-	-
Total	13.122.226	13.016.149	12.343.424

Nota - 21 Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

Conforme o Decreto nº 6.473 de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 13.562.433 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

O valor destacado para aumento de capital em Dezembro de 2009, no montante de R\$ 2.384.683, R\$ 1.986.701 foi destinado para complemento de dividendos referente a 2009 e o montante de R\$ 397.982 proveniente das reservas de loterias foi incorporado ao capital da CAIXA.

Por meio do Decreto publicado em 26 de agosto de 2010, foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no valor de até R\$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

Em 10 de setembro de 2010, foram recebidas as ações para aumento de capital e alienadas, no mesmo dia, para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R\$ 2.426.294.

Por meio do Decreto publicado em 16 de fevereiro de 2011, foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no montante de R\$ 2.200.000 mediante a transferência de 62.327.182 ações PN, 9.293.295 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e 13.609.303 ações ON da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 15,21% (Nota 35 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Reservas de Reavaliação	475.664	478.318	499.837
Reservas de Lucros	1.649.724	2.652.206	924.634
Reserva legal	1.106.898	1.106.898	924.634
Reservas margem operacional *	542.826	1.545.308	-

* O valor de R\$ 1.002.482 foi pago a União como dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 vide item (d).

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/98, de no mínimo, 25%.

Em 25 de fevereiro de 2011 conforme deliberação do Conselho Diretor foi aprovado o pagamento de dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 no valor de R\$ 1.002.482 fundamentada na destinação do resultado aprovado pelo Ministro da Fazenda.

Nota - 22 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "Créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%;
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O crédito tributário constituído é de R\$ 10.657.006 (2010 - R\$ 9.566.470) para o IRPJ e de R\$ 5.649.121 (2010 - R\$ 4.985.120) para a CSLL, R\$ 410 PASEP e R\$ 2.524 para COFINS, totalizando o montante de R\$ 16.309.053 (2010 - R\$ 14.551.698), com provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 4.860.484 (2010 - R\$ 5.356.536), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 11.448.578 (2010 - R\$ 9.195.168).

(b) Origem dos créditos tributários

Descrição	2011		2010			
	31 de março		31 de dezembro		31 de março	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.568.402	2.001.408	3.286.916	1.833.302	2.648.519	1.444.568
Provisão SFH	748.913	449.348	728.333	437.000	804.833	482.900
Provisão para contingências	1.717.218	1.030.331	1.735.786	1.041.471	1.669.774	1.001.864
Outros	964.835	512.440	946.243	473.534	827.127	407.095
Provi. SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.324.387	794.632	1.292.399	775.439	1.218.430	731.058
Ajuste a Valor de Mercado - Resultado	110.204	66.122	120.307	72.184	131.657	78.994
Ajuste Vlr Merco - PL (Disp. p/ Venda)	-	-	75.403	45.242	-	-
Subtotal diferenças temporárias	8.433.958	4.854.281	8.185.387	4.678.173	7.300.340	4.146.479
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(750.528)	-	(731.988)	-	(707.444)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(312.245)	-	(300.913)	-	(286.479)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(218.571)	-	(210.639)	-	(200.536)
Total dos créditos tributários	10.657.000	5.649.119	10.426.968	5.492.275	9.566.466	4.985.118

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste Vlr Mercado - Resultado	410	2.524	273	1.682	17	105
Ajuste a Valor de Mercado - PL (Disp. p/ Venda)	-	-	1960	12.065	-	-
Total dos créditos tributários PASEP / COFINS	410	2.524	2.234	13.747	17	105

(c) Movimentação do crédito tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldos em 31.12.2010	15.935.232	(4.744.106)	11.191.126
Constituição no Período	428.946	-	428.946
Constituição de Provisão	116.378	(116.378)	-
Constituição PASEP/COFINS	979	-	979
Constituição Tit. Disp.p/ Venda	(134.670)	-	(134.670)
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(18.539)	-	(18.539)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(11.332)	-	(11.332)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(7.932)	-	(7.932)
Reversão de Crédito de Prejuízo Fiscal	-	-	-
Saldos em 31.03.2011	16.309.062	(4.860.484)	11.448.570

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2011		2010			
	31 de março		31 de Dezembro		31 de março	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	550.850	550.850	2.565.853	2.565.853	727.112	727.112
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(137.707)	(82.628)	(641.439)	(384.878)	(184.859)	(110.919)
Efeitos trib. adições e exclusões	(13.781)	(8.962)	12.499	7.490	28.585	16.165
Juros sobre o capital próprio	54.221	32.533	189.101	113.461	47.242	28.345
Part. dos empregados nos lucros	13.555	8.133	169.315	101.589	12.913	7.748
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	18.539	19.264	45.452	46.365	20.908	21.828
Incentivo Fiscal	3.213		11.416	-	3.003	-
Reserva de Reavaliação	1.742	1.045	10.377	6.226	2.980	1.788
Part. em coligadas e controladas	4.859	2.915	105.589	63.353	24.061	14.437
Outros	(88)	4.061	25	3.229	7	571
Despesa corrente	(55.446)	(23.638)	(97.666)	(43.164)	(45.160)	(20.037)
Desp. diferida/Marcação a mercado	2.349	1.409	(381)	(227)	5.927	3.557
Despesa total	(53.097)	(22.229)	(98.047)	(43.391)	(39.233)	(16.480)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 23 Receitas de intermediação financeira

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Operações compromissadas	1.135.866	943.644	1.089.840
Empréstimos e financiamentos com clientes	6.202.006	5.535.163	4.181.921
Ativos financeiros disponíveis para venda	(154.879)	(35.255)	67.547
Instrumentos financeiros derivativos	(29.855)	21.530	(42.106)
Ativos financeiros mantidos para negociação	912.062	796.099	691.180
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.193.365	2.357.407	2.255.799
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.064.398	939.425	364.909
Juros de ativos financeiros – FCVS	511.347	276.028	407.788
Resultado com câmbio	875	1.059	811
Outras	12.814	12.256	6.785
Total	11.847.999	10.847.356	9.024.474

Nota - 24 Despesas de intermediação financeira

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações com instituições financeiras	(69.067)	(29.844)	(621)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(220.991)	(235.098)	(264.828)
Operações compromissadas	(1.467.579)	(1.538.383)	(1.421.758)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.169.180)	(1.105.066)	(814.806)
Operações com clientes	(3.743.120)	(3.392.687)	(2.472.520)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(1.587.629)	(1.631.216)	(757.205)
Reversões de Provisões para créditos de liquidação duvidosa	10.161	453.468	38.322
Total	(8.247.405)	(7.478.826)	(5.693.416)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 25 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º Trimestre	1º trimestre
Administração do FGTS	671.653	642.991	587.850
Administração do FCVS	20.716	20.930	33.242
Administração do PIS	8.878	13.485	8.906
Administração das loterias	196.897	265.130	184.633
Administração do FIES	29.798	35.211	23.730
Pagamento abono salarial - PIS	1.147	45.939	-
Seguro-Desemprego	14.451	12.653	13.459
Orçamento Geral da União (OGU)	16.890	16.503	30.179
Bolsa Família	68.721	62.232	63.617
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	14.524	15.614	12.354
Administração de fundos de investimento	217.253	285.467	236.947
Tarifas de convênios	310.832	297.429	296.164
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	24.984	24.352	21.695
TAC	104.715	103.449	86.166
Cartão de crédito	193.268	205.325	131.327
Cobrança de títulos	115.729	114.220	100.549
EMGEA – Administração de Contratos	54.521	60.614	62.376
Taxa de risco – Agente financeiro	67.231	62.928	48.611
CCFGTS	50.953	52.618	72.275
Carta de Crédito FGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	37.745	41.293	17.804
CONSTRUCARD CAIXA	19.393	18.654	16.063
Outros serviços	267.823	156.690	156.551
Subtotal	2.508.122	2.553.727	2.204.498
Rendas de tarifas bancárias	280.529	279.139	219.321
Pessoa Física	241.022	239.880	181.847
Pessoa Jurídica	39.507	39.259	37.474
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	2.788.651	2.832.866	2.423.819

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 26 Despesas com pessoal

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Despesas com pessoal			
Proventos	(1.791.608)	(1.824.608)	(1.491.062)
Salários e proventos	(1.667.533)	(1.699.175)	(1.385.146)
Indenizações trabalhistas	(124.075)	(125.433)	(105.916)
Benefícios	(315.027)	(314.277)	(262.472)
Encargos sociais:	(660.464)	(630.294)	(549.482)
FGTS	(126.260)	(122.328)	(105.375)
Previdência social	(387.657)	(365.618)	(325.671)
Previdência complementar	(109.223)	(96.410)	(87.351)
Outros	(37.324)	(45.938)	(31.085)
Outros	(31.082)	(56.994)	(31.228)
Total	(2.798.181)	(2.826.173)	(2.334.244)

Nota - 27 Despesas administrativas

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Despesas administrativas			
Comunicações	(103.586)	(138.016)	(85.152)
Manutenção e conservação de bens	(182.331)	(195.596)	(129.475)
Água e energia	(60.929)	(61.637)	(52.392)
Aluguéis e arrendamento de bens	(180.560)	(147.614)	(163.748)
Despesas de material	(50.711)	(33.923)	(24.559)
Processamento de dados	(199.434)	(267.586)	(176.903)
Promoções e relações públicas	(39.980)	(32.360)	(32.840)
Propaganda e publicidade	(97.466)	(90.428)	(68.168)
Serviços do sistema financeiro	(66.390)	(63.412)	(56.282)
Serviços de terceiros	(187.996)	(201.549)	(159.545)
Serviços especializados	(88.400)	(106.538)	(66.190)
Serviços de vigilância e segurança	(141.665)	(110.766)	(113.671)
Depreciação e amortização	(186.078)	(181.734)	(163.566)
Outras administrativas	(60.831)	(68.410)	(50.540)
Total	(1.646.357)	(1.699.569)	(1.343.031)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 28 Outras receitas operacionais

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Outras receitas operacionais			
Comissões e taxas sobre operações	790.875	722.688	556.250
Recuperação de despesas	203.121	219.631	175.314
Reversão de outras provisões operacionais	210.890	188.535	103.136
Rendas de outros créditos	-	-	637
Receitas de cartões de crédito	34.080	34.159	32.156
Receitas de dividendos e JCP	64.474	314	8.300
Atualização de depósitos em garantia	161.415	100.885	32.884
Receitas de títulos de renda variável no exterior	-	-	-
Demais	73.888	536.266	60.160
Total	1.538.743	1.802.478	968.837

Nota - 29 Outras despesas operacionais

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Outras Desp. operacionais			
Contribuição ao SFH	(381.809)	(263)	(257)
FCVS a receber - Provisão/Perdas	(170.943)	(25.205)	(68.527)
Sobre obrig com fundos e programas	(42.320)	(105.412)	(11.556)
Provisão para contingências	(40.902)	(140.081)	(405.255)
EMGEA/UNIÃO	(9.177)	(8.233)	(7.801)
Loterias	(38.548)	(79.439)	(51.716)
Cartão de crédito	(129.782)	(155.346)	(118.597)
Serviços automatizados	(36.299)	(24.806)	(23.181)
Descontos de operações de crédito	(167.695)	(110.197)	(10.169)
Correspondente não bancário	(266.183)	(268.661)	(225.592)
Instrumento híbrido de capital e dívida - AM	(509.118)	(482.359)	(399.490)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(108.876)	(102.222)	(144.269)
Benefícios sociais	(20.593)	(20.196)	(20.877)
Fundo de investimento do FGTS	(2.616)	(12.527)	(3.188)
Alavancagem de negócios	(29.779)	(37.257)	(21.688)
Condenações judiciais	(68.771)	(96.542)	(142.675)
Créditos administrados por terceiros	(8.736)	(9.095)	(6.673)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(61.951)	(57.604)	(37.386)
Benefício pós-emprego	(140.714)	(134.427)	(134.427)
Desp. Atual e juros pagos ao vendedor créd. Imobiliário	(48.630)	(49.380)	(9.014)
Desp. Atual monetária restituições e recolhimentos	(17.376)	(183.503)	(1.950)
Desp. Revendedor lotérico	(19.944)	(21.118)	(11.449)
Desp. Provisões Operacionais	(4.173)	(414.669)	(51.554)
Demais	(121.218)	(812.496)	(185.535)
Total	(2.446.153)	(2.682.368)	(2.018.859)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 30 Resultado não operacional

Descrição	2011	2010	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Receitas não operacionais	49.635	53.228	83.738
Lucro na alienação de valores e bens	26.134	37.432	26.107
Alienação de bens imóveis	11.075	(18.902)	49.050
Sobras de caixa não reclamadas	4.897	4.678	4.224
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	1.387	23.767	-
Multas e penalidades	4.262	3.537	2.334
Outras rendas não operacionais	1.880	2.716	2.023
Despesas não Operacionais	(113.527)	(101.730)	(121.147)
Desvalorização de outros valores e bens	(1.881)	26.543	(42.973)
Indenizações por perdas e danos	(19.366)	(18.803)	(15.191)
Perdas em imóveis	(8.041)	(7.741)	(9.592)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(66.035)	(63.277)	(45.700)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.461)	(7.049)	(2.387)
Perdas em cartões de crédito	(11.748)	(7.972)	(5.132)
Outras despesas não operacionais	(1.995)	(23.431)	(172)
Total	(63.892)	(48.502)	(37.409)

Nota - 31 Despesas tributárias

Descrição	2011	2010	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Contribuição COFINS	(272.884)	(281.424)	(232.771)
PIS/PASEP	(44.570)	(45.732)	(37.825)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(75.156)	(78.161)	(58.017)
Despesas com IPTU	(33.853)	(1.067)	(30.778)
Outras	(15.469)	(1.573)	(6.055)
Total	(441.932)	(407.957)	(365.446)

Nota - 32 Provisões

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) As provisões estão assim apresentadas:
(i)

Descrição	2010		2011		
	31 de março	31 de dezembro	Adições	Reversões/ Baixas	31 de março
Fiscais	533.261	575.572	14.233	887	588.918
- INSS	256.088	271.304	4.584	-	275.888
- ISS	134.480	152.702	7.116	61	159.757
- Outros	142.693	151.566	2.533	826	153.273
Cíveis	3.325.419	3.587.568	100.306	163.375	3.524.499
Trabalhistas	2.590.753	2.687.488	191.851	177.186	2.702.153
Outras	741.374	779.543	-	714	778.829
Total	7.190.807	7.630.171	306.390	342.162	7.594.399

A provisão para contingências fiscais está registrada na conta “Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias” (Nota 20(a)), e a provisão para as demais contingências na conta “Outras obrigações - Diversas” (Nota 20(c.2)).

(ii) Composição dos depósitos judiciais:

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Depósitos judiciais	8.680.168	8.514.615	4.046.349
Fiscal	6.661.135	6.515.569	2.247.535
Trabalhista	1.387.681	1.332.171	1.107.383
Cível	631.352	666.875	691.431

(iii) Composição por classificação de risco Provável

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão
Risco Provável	7.594.399	7.630.171	7.190.808
Perdas e danos	1.275.523	1.307.726	1.263.088
Poupança	1.480.726	1.488.774	1.327.033
Loterias	8.657	42.917	39.560
Crédito imobiliário	213.609	213.283	290.729
Contingenciamento do FGTS	545.984	534.868	405.010
Trabalhista	2.702.153	2.687.488	2.590.753
Fiscais	588.918	575.572	533.261
Outras	778.829	779.543	741.374

(iv) Composição por classificação de risco possível

As contingências classificadas como de perdas possíveis não reconhecidas contabilmente:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Demandas Trabalhistas	44.903	43.571	42.309
Demandas Fiscais	4.694.667	4.355.918	4.267.603
Demandas Cíveis	1.200.301	1.164.729	1.265.527

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensão reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 2.916.599 de juros, os quais totalizam R\$ 4.085.058 a valores de 30 de março de 2011 (2010 - R\$ 3.996.448, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de março de 2011, montam a R\$ 1.424.637 (2010 - R\$ 1.425.531), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 275.887 (2010 - R\$ 256.088).

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de março de 2011 corresponde ao montante de R\$ 286.846 (2010 - R\$ 283.860). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 159.757 (2010 - R\$ 134.528).

(iv) Dentre Outros processos fiscais destaca-se o que a CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 3 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 125.808 (2010 - R\$ 118.059), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(v) A CAIXA possui 18 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e soma R\$ 4.694.667 em 31 de março de 2011.

Nota - 33 Partes relacionadas**(a) Remuneração de empregados e dirigentes**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
Benefícios de curto prazo	2.517	9.277	2.416
Proventos	2.121	7.502	2.061
Encargos Sociais	396	1.775	355

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

Descrição	2011		2010			
	31 de março		31 de dezembro		31 de março	
	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$
Maior Salário	31.628	28.644	31.628	26.723	30.063	24.985
Salário Médio	28.750	4.993	28.750	4.925	26.969	4.364
Menor Salário	28.488	1.600	28.488	1.600	22.573	1.160

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a Caixa Seguros, Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2011	2010	2010
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
ATIVOS			
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	-	202.059	-
Banco Panamericano	-	202.059	-
Rendas a receber	929.152	839.998	912.733
Caixa Seguros	-	-	253.520
OGU - Orçamento Geral da União	929.152	839.998	659.213
Créditos adquiridos	857.905	427.591	-
Banco Panamericano	857.905	427.591	-
Total	1.787.057	1.469.648	912.733
PASSIVOS			
Depósitos	332.906	243.451	436.201
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	317.350	242.183	412.805
Caixa Seguros	14.200	0	21.577
FUNCEF	1.356	1.268	1.819
Repasses do país - instituições oficiais	10.864	13	-625
OGU - Orçamento Geral da União	10.864	13	-625
Obrigações diversas	29.334	28.666	26.812
OGU - Orçamento Geral da União	29.334	28.666	26.812
Total	373.104	272.130	462.388
RECEITAS			
Rendas de prestação de serviços	108.536	437.622	107.519
Caixa Seguros	91.021	349.339	76.701
OGU - Orçamento Geral da União	17.515	88.283	30.818
Rendas de participações	-	6.143	-
Caixa Seguros	-	6.143	-
Outras receitas operacionais	42.713	110.879	26.214
OGU - Orçamento Geral da União	42.713	110.879	26.214
Total	151.249	554.644	133.733
DESPESAS			
Despesas administrativas - aluguéis	11.588	38.398	8.525
FUNCEF	11.588	38.398	8.525
Outras despesas operacionais	819	3.046	685
OGU - Orçamento Geral da União	819	3.046	685
Total	12.407	41.444	9.210

*As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

Nota - 34 Benefícios a empregados

Os planos de previdência denominados planos de benefícios são patrocinados pela CAIXA e administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação e os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB são administrados pela CAIXA.

Destinado aos empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS, o Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares e seus respectivos dependentes.

O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.

Os saldos atuariais para os Benefícios a empregados são atualizados anualmente, dessa forma apresentamos os saldos posicionados na data base de 31 de dezembro de 2010.

(a) Plano de benefícios - Previdência privada**a.1) REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS e local. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.4) Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	(27.479.152)	(32.659.559)	(358.031)	(334.121)	(40.205)	(42.680)	(154.508)	(106.519)
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.204)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(2.092.304)	7.768.892	80.659	(18.189)	4.553	4.205	(110.000)	(21.100)
Benefícios pagos pelo plano	1.333.142	1.090.915	19.145	28.015	3.257	2.977	10.224	961
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	25.828	-	3.625	-	-	-	975
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(283.896)	(154.508)

ii) Análise da obrigação atuarial do plano

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do Valor presente da obrigação atuarial c/cobertura	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(230.424)	(132.388)
Parcela do Valor presente da obrigação atuarial s/cobertura	-	-	-	-	-	-	(53.472)	(22.120)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(283.896)	(154.508)
Status do plano	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Totalmente coberto	Parcialmet e coberto	Parcialmente coberto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) Conciliação dos saldos do valor justo

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	31.584.152	30.495.721	438.379	513.041	42.625	42.680-	132.388	106.840
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.781
Ganhos / (Perdas) atuariais	2.813.153	(1.151.009)	(172.119)	(99.692)	(1.444)	(1.786)	85.096	161
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	15.781	17.064	234	552			4.619	11.277
Contribuições de participantes do plano	15.781	18.466	-	-	-	-		-
Benefícios pagos pelo plano	(1.333.142)	(1.090.915)	(19.146)	(28.015)	(3.257)	(2.977)	(10.224)	(961)
Despesas administrativas	-	(25.828)	-	(3.625)				(975)
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-	-	4.537	-	-		8.265
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	37.230.243	31.584.152	301.420	438.379	43.636	42.625	230.424	132.388

iv) Conciliação entre os itens “i” e “iii” com ativos e passivos reconhecidos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	(5.899.921)	(4.105.000)	(1.368)	(80.348)	(7.028)	(2.420)	53.472	22.120
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)*	2.949.960	2.052.500	684	40.174	-	-	(26.736)	(11.060)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	884.794	524.369	(130.895)	(88.984)	5.527	2.419	(17.127)	(4.674)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício**	(2.065.167)	(1.528.131)	(131.579)	(129.158)	(1.501)	(1)	9.609	6.386

* Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

** A Empresa optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no início do exercício	-	-	-	-	1	-	-	-
Pagamentos para o plano líquido de administração	15.781	17.064	117	276			2.310	5.639
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no final exercício	-	-	-	-	1.501	1	-	-

v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Responsabilidade dos participantes	(521.255)	192.288	(6.124)	276	-	-	5.533	5.638
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.205)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.780
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais		(165.697)	(3.819)	(373)	-	-	-	-
Efeito do limite	(537.036)	340.921	(2.421)	(14.399)	-	-	3.224	9.768
Total da (despesa) / receita reconhecida	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)
Total da (despesa) / receita no exercício	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vi) Premissas atuárias adotadas

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)								

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

b) Financeiras								
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41% a.a	2,41% a.a.	2,89 % a.a	2,89% a.a.	-	-	2,89% a.a	2,89% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00% a.a.	1,00% a.a.	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,30% a.a.	13,25% a.a.	11,30% a.a.	14,57% a.a.	-	-	11,30% a.a.	15,11% a.a.
c) Demográficas								
Taxa de rotatividade	EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF		-		EXPERIÊNCIA FUNCEF	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	-	-	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER		HUNTER		HUNTER		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-		-	
Idade de aposentadoria	Máximo dado por: M [53 anos; RGPS] F [48 anos; RGPS]		Máximo dado por: M [55 anos; RGPS] F [55 anos; RGPS]		-		Máximo dado por: M [53 anos; RGPS] F [48 anos; RGPS]	
Composição familiar para custos de pensão								
Participantes	75% casados	95% casados	75% casados	95% casados	-	-	75% casados	95% casados
Aposentados	Cadastro Individual		Cadastro Individual		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2010, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2010.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vii) Divulgação dos resultados atuariais

REG/REPLAN	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	23.073.582	32.659.559	27.479.152	31.330.322
Valor justo dos ativos do plano	24.757.323	30.495.721	31.584.152	37.230.243
Superávit / (Déficit) técnico do plano	1.683.741	(2.163.838)	4.105.000	5.899.921
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-24,6%	28,3%	-6,7%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	8,3%	-3,6%	7,6%
REB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	622.651	334.121	358.031	300.051
Valor justo dos ativos do plano	738.801	513.041	438.379	301.420
Superávit / (Déficit) técnico do plano	116.150	178.920	80.348	1.369
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	9,5%	96,5%	-3,1%	26,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	7,5%	-17,9%	-22,7%	-57,1%
PREVHAB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	41.108	42.680	40.205	36.607
Valor justo dos ativos do plano	-	-	42.625	43.635
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(41.108)	(42.680)	2.420	7.028
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	0,0%	10,5%	12,4%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	-4,2%	-3,3%
NOVO PLANO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	33.192	106.519	154.508	283.896
Valor justo dos ativos do plano	30.479	106.840	132.388	230.424
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(2.713)	321	(22.120)	(53.472)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	53,9%	-50,2%	-8,3%	-38,7
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	60,9%	50,0%	0,1%	36,9

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

viii) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2011	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	Benefício Definido	Parte Benefício Definido	Parte Contribuição Definida	Benefício Definido	Parte Benefício Definido	Parte Contribuição Definida		
Montantes do:								
Custo do serviço corrente	(58.485)	(3.482)	-	-	(18.602)	-		
Responsabilidades dos participantes	(564.720)	(2.146)	-	-	9.764	-		
Custo de juros	(3.500.782)	(32.082)	-	(4.034)	(30.593)	-		
Retorno esperado dos ativos do plano	4.688.707	39.856	-	6.149	29.666	-		
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(6.994)	-	68	(283)	-		
Efeito do limite	(581.290)	4.719	-	-	7.487	-		
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(16.570)	(129)	-	2.183	(2.561)	-		
Total da (despesa) / receita no exercício	(16.570)	(129)	-	2.183	(2.561)	-		
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte								
Normais	16.570	129	-	-	2.561	-		
Total dos pagamentos esperados para o Plano	16.570	129	-	-	2.561	-		

ix) Retorno anual dos ativos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	10,18%	13,32%	10,18%-	14,57%	10,23%	15,11%	10,18%	-

(b) Auxílio e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano.

Para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 399,30 (trezentos e noventa e nove reais e trinta centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2010 a agosto de 2011 é de R\$ 311,08 (trezentos e onze reais e oito centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

(c) Auxílio Pecúlio

A CAIXA, como patrocinadora e administradora dos Planos, bem como os participantes, são partes intervenientes no Auxílio Pecúlio contribuindo com R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R\$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R\$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 5.297.547 (2010 - R\$ 4.873.719) e a despesa para o período acumulado até 31 de março de 2011 foi de R\$ 122.716 (2010 - R\$ 114.180).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(744.355)	(642.158)	(12.026)	(11.327)	(4.259.459)	(4.497.016)
Custo do serviço corrente	-	-	(308)	(274)	(103.235)	(140.002)
Custo de juros	(80.985)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Ganhos / (Perdas) atuariais	26.440	(87.616)	3.506	590	276.681	771.636
Benefícios pagos pelo plano	54.868	56.237	252	238	155.525	138.394
Reduções	92.530	-	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)	(4.387.210)	(4.259.459)

2) Análise da obrigação atuarial do plano

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do valor presente da obrigação atuarial c/ cobertura	-	-	(6.249)	(5.824)	-	-
Parcela do valor presente da obrigação atuarial s/ cobertura	(651.502)	(744.355)	(3.639)	(6.202)	(4.387.210)	(4.259.459)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)	(4.387.210)	(4.259.459)
Status do plano	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3) Conciliação dos saldos do valor justo

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	5.824	5.494	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	658	623	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-	(468)	(530)	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	-	-	177	178	155.525	138.394
Contribuições de participantes do plano	-	-	310	298	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(252)	(239)	(155.525)	(138.394)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	6.249	5.824	-	-

4) Conciliação entre os itens “1” e “3” com ativos e passivos reconhecidos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	651.502	744.355	3.639	6.201	4.387.211	4.259.459
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	9.484	(16.956)	(2.802)	(6.113)	778.857	509.102
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	660.986	727.399	837	88	5.166.068	4.768.561

5) Movimentação do passivo (ativo) líquido

(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no início do exercício	(727.399)	(712.423)	(88)	620	(4.768.561)	(4.234.482)
Pagamentos para o plano líquido de administração	54.869	56.237	177	178	155.524	138.394
Provisão para planos de benefícios e benefícios pós-emprego	11.544	(71.213)	(926)	(886)	(553.031)	(672.493)
(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no final exercício	(660.986)	(727.399)	(837)	(88)	(5.166.068)	(4.768.561)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	-	-	(309)	(274)	(103.235)	(140.002)
Contribuição dos participantes	-	-	310	298	-	-
Custo de juros	(80.986)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	659	623	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	(394)	(274)	(280)	6.926	-
Efeito de qualquer redução ou liquidação	92.530	-	-	-	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida	11.544	(71.212)	(926)	(886)	(553.031)	(672.473)
Total da (despesa) / receita no exercício	11.544	(71.212)	(926)	(886)	(553.031)	(672.473)

As receitas e despesas do Auxílio Pecúlio foram projetadas de acordo com as características de remuneração de cada ativo, aplicando-se o cenário macroeconômico adotado pela FUNCEF. As carteiras que seguem esta regra são Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações e Fundos de Investimentos.

Os planos Saúde CAIXA e PAMS não mantêm ativos justos para cobertura do Plano.

7) Retorno anual dos ativos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30%	11,08%	-	-
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativos	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8) Premissas atuariais adotadas

Bases de dados cadastrais foram coletadas em (*)	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)						

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

b) Financeiras						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	6,62% a.a.
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-	-	-	2,89% a.a	1,04% a.a.
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	-	-	-	-	2,00% a.a	2,00% a.a.
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	-	-	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	5,24% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-
Custo per capita (parte saúde-caixa: 70% dos custos)	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-	-	-
c) Demográficas						
Taxa de rotatividade					3,24%	1,18%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		IAPB-57	
Tábua de entrada em invalidez	-		-		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-	
Idade de aposentadoria	-		-		-	
Composição familiar para custos de pensão	-		-		-	
Participantes	-		-		Cadastro Individual	
Aposentados	-		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2010, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2010.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9) Divulgação dos resultados atuariais

AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	688.194	642.158	744.355	651.502-
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(688.194)	(642.158)	(744.355)	(651.502)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	10,9%	-11,8%	4,1%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

AUXÍLIO PECÚLIO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	8.305	11.327	12.026	9.888
Valor justo dos ativos do plano	5.151	5.494	5.825	6.249
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(3.153)	(5.833)	(6.201)	(3.639)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-18,3%	4,9%	35,5%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	-14,3%	-9,1%	-7,5%

SAÚDE CAIXA	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.056.275	4.497.016	4.259.459	4.387.210
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(4.056.275)	(4.497.016)	(4.259.459)	(4.387.210)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-5,8%	18,1%	6,3%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

10) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2011	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO PECÚLIO	SAÚDE CAIXA
Montantes de:			
Custo do serviço corrente	-	(343)	(191.397)
Contribuições dos participantes	-	316	-
Custo de juros	(71.992)	(1.110)	(490.865)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	749	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(190)	30.903
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(71.992)	(578)	(651.359)
Total da (despesa) / receita no exercício	(71.992)	(578)	(651.359)
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte			
Normais	57.612	185	173.099
Total dos pagamentos esperados para o Plano	57.612	185	173.099

(e) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

i.1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (i) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (ii) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (iii) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

i.2) Saúde Caixa: as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 4 (v), serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

(f) Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 54.221 (2010 - R\$ 51.652).

Nota- 35 Gerenciamento do Risco Corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basiléia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos / avançados de risco de mercado, risco de crédito e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A Instituição reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento da missão estratégica da CAIXA.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/07 e 3.490/07, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

	2011		2010
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	34.296.909	32.569.539	30.014.052
NÍVEL I	18.997.369	16.922.987	15.007.645
Patrimônio Líquido	16.887.589	15.436.950	13.731.867
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.477.918	2.207.346	1.957.519
Reservas de Reavaliação	(475.664)	(478.318)	(499.837)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(178.770)	(178.770)	(89.609)
Ativo Permanente Diferido	(49.694)	(59.060)	(87.671)
Ajuste ao Valor de Mercado	(4.949)	(5.161)	(4.624)
Adicional de Provi. ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	-	-
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	(254.622)	-	-
NÍVEL II	15.300.386	15.647.401	15.007.645
Reservas de Reavaliação	475.664	478.318	499.837
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.639.552	10.074.721	9.675.299
Instrumentos de Dívida Subordinada	5.180.221	5.089.201	4.827.885
Ajuste ao Valor de Mercado	4.948	5.161	4.624
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-	-
DEDUÇÕES DO PR	(845)	(849)	(1.238)
Participação em instituição financeira no exterior	(845)	(849)	(1.238)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	24.811.331	23.203.522	18.216.762
Risco de Crédito	23.001.666	21.546.092	16.549.391
Risco de Mercado	76.050	36.847	77.704
Risco Operacional	1.733.615	1.620.583	1.589.667
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	9.485.578	9.366.017	11.797.290
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	15,21	15,44	18,12

Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, além de perdas decorrentes da desvalorização de contratos de crédito como reflexo da deterioração na classificação de risco do tomador, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação e dos custos de recuperação.

Como parte do aprimoramento constante do processo de gestão de risco de crédito, a CAIXA possui como rotina anual a aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração das revisões de suas políticas, estratégias e limites de exposição.

A gestão do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, mitigação e reporte das exposições a essa categoria de risco por meio de modelos internos e padronizados, além de um processo estruturado de reportes aos gestores de clientes e de atendimento, e à Alta Administração da Instituição.

Visando mitigar esse risco, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, o que possibilita mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação. Para novos clientes são utilizados modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. No caso de clientes que possuem relacionamento de crédito com a CAIXA, são utilizados modelos de *Behaviour Scoring* nas exposições de varejo e reavaliação de *rating* nas demais exposições.

O monitoramento das exposições ao risco de crédito ocorre pelo controle dos indicadores de atraso, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital, o que possibilita ampla visão do perfil do risco por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, e pela adoção de medidas de mitigação de risco, quando necessário.

Dentre as atividades realizadas pela área de gestão de risco de crédito de carteira, destaca-se ainda, a calibração dos modelos de monitoramento de risco de carteira, com realização de testes de aderência e de estresse, participação ativa na avaliação de riscos, principalmente na criação e reposicionamento de produtos e no monitoramento da provisão frente às perdas esperadas.

As políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas implantados passam por revisões periódicas visando manter a Instituição aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

(c) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Essa definição inclui as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA abrange todas as fontes relevantes desta categoria de risco, compreende tanto operações incluídas na carteira de negociação quanto às demais posições e é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Para assegurar a aderência dos princípios, valores e diretrizes adotados no gerenciamento desta categoria de risco aos objetivos institucionais e a manutenção da exposição em níveis adequados às estratégias de negócio, aos resultados e à estrutura de capital da Instituição, as políticas, estratégias e limites de exposição a risco de mercado são propostos e revisados, no mínimo anualmente, pelo Comitê de Risco e aprovados pelos Conselhos Diretor e de Administração.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam diminuir a volatilidade dos resultados da Instituição, o seu alinhamento às melhores práticas de mercado e o atendimento à exigência legal.

Os sistemas utilizados para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado e são avaliados no mínimo, anualmente, incluindo a geração de relatórios tempestivos para a alta administração da Instituição.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela Instituição e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk - VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização

exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A qualidade desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, por meio de duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados se encontram dentro do VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Em ambos os casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Em complementação à visão fornecida pelo cálculo do VaR foi estabelecido um Programa de Testes de Estresse que adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

Testes de Estresse

A CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse em que adota as abordagens tanto de cenários históricos quanto prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular condições adversas baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico, respectivamente.

A análise de cenários históricos se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar os efeitos que, caso se repetissem, provocariam impacto no valor do portfólio da Instituição. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam alimentar os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico;
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Complementa o Programa de Teste de Estresse a análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco, realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade			
Fatores de Risco	2011		2010
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
PRE	13,1	8,2	6,3
Cupom IGP	0,0	0	0,3
Cupom IPCA	0,3	0,3	0,6
Cupom SELIC	0,0	-	0
Cupom TR	-	-	0
CDI	-	-	-
VaR sem ED ⁽¹⁾	13,5	8,5	7,3
VaR com ED ⁽¹⁾	13,1	8,3	6,6

(1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III - mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos com e sem vencimento definido.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR - seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela Instituição, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework - Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/07.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

A comparação entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2010
ATIVO									
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		201.687	94.181		201.687	94.181		-	-
Aplicações em Operações Compromissadas	35.775.297	12.005.555	38.411.168	35.777.309	12.004.677	38.405.300	2.011	(879)	(5.868)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	103.163.220	108.575.272	105.074.982	104.494.103	110.753.609	105.697.414	1.330.883	2.178.337	622.432
Títulos para negociação	40.560.450	37.531.591	32.086.148	40.560.450	37.531.590	32.086.148	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	3.016.050	1.582.856	1.515.125	3.016.050	1.582.856	1.515.125	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	59.586.720	69.460.825	71.473.709	60.917.602	71.639.163	72.096.141	1.330.883	2.178.337	622.432
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	193.093.649	178.515.247	136.617.754	194.137.648	181.043.006	135.825.627	1.043.999	2.527.759	(792.127)
Comercial	61.372.701	56.012.517	47.961.057	71.407.458	66.218.999	52.364.924	10.034.756	10.206.483	4.403.867
Habitação	117.069.013	108.330.025	77.808.676	113.280.229	104.713.947	75.109.010	(3.788.784)	(3.616.078)	(2.699.666)
Infraestrutura/Desenvolvimento	12.034.909	11.441.134	8.810.085	6.832.936	6.822.855	5.726.789	(5.201.973)	(4.618.279)	(3.083.296)
Outros Créditos	2.617.025	2.731.571	2.037.935	2.617.025	3.287.205	2.624.903	-	555.633	586.968

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de março de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2010
PASSIVO									
Captações de Recursos	48.483.493	41.745.298	28.692.239	50.735.118	43.729.138	28.805.282	2.251.626	1.983.840	113.043
CDB/RDB	35.349.664	30.429.778	24.994.646	37.062.394	32.060.008	24.843.061	1.712.730	1.630.231	(151.585)
LCI / LH	13.133.829	11.315.520	3.697.593	13.672.724	11.669.130	3.962.221	538.895	353.609	264.628
Captação em Operações Compromissadas	56.491.901	46.012.658	67.042.665	58.398.482	48.195.231	68.104.670	1.906.580	2.182.572	1.062.005
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	63.507.560	57.688.261	44.308.033	51.446.746	48.808.157	39.684.286	(12.060.814)	(8.880.104)	(4.623.747)
Exterior	200.659	89.381	8.716	198.520	88.571	8.562	(2.139)	(810)	(154)
Tesouro	30.368	29.718	27.858	30.594	29.946	26.782	226	228	(1.076)
FGTS	59.838.281	54.172.590	40.857.611	47.701.859	45.387.573	36.574.585	(12.136.422)	(8.785.017)	(4.283.026)
BNDES	1.350.621	1.206.342	885.863	1.676.423	1.348.325	844.488	325.802	141.983	(41.375)
Depósitos não remunerados	2.087.632	2.190.230	2.527.985	1.839.351	1.953.742	2.229.869	(248.282)	(236.488)	(298.116)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	13.122.226	13.016.149	12.343.424	14.090.980	14.491.312	12.371.687	968.754	1.475.162	28.263

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e dos derivativos padronizados, ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 31 de março de 2011, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

Instrumentos Financeiros - 31 de março de 2011 – R\$				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
PREFIXADO	Aumento de taxa de juros	(80.585.608)	(1.903.759.115)	(3.602.124.652)
ÍNDICE DE PREÇOS	Aumento de cupons de índice de preços	(36.591.413)	(886.178.346)	(1.715.913.757)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(296.897.066)	(6.738.902.627)	(12.292.359.461)
VARIAÇÃO CAMBIAL	Queda nas taxas de cambio	(33.249)	(836.864)	(1.685.685)

(d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado e de que a Instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

Visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA, foram estabelecidas pelo Comitê de Risco regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA e da mensuração do potencial diário de negociação de títulos existentes em sua carteira de títulos e valores mobiliários, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da Instituição, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, trimestralmente, ao Conselho de Administração.

(e) Risco Operacional

O risco operacional (RO) é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA, está em consonância com as diretrizes da Instituição e com a Resolução CMN nº 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras e inclui identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, inclusive quanto a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da CAIXA.

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, visto que a eficiente gestão dessa categoria de risco é fator estratégico para a Instituição.

O reporte interno e a divulgação de informações ao mercado, sobre o gerenciamento de risco operacional, integram o rol de compromissos desta Instituição com a eficiência, a solidez econômica e as responsabilidades da CAIXA com o governo e a sociedade brasileira.

Identificação

Na identificação do risco operacional são considerados tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a Instituição. Alcança desde os produtos e serviços a serem lançados, até aqueles já disponíveis aos clientes considerando tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional alcançam as diferentes áreas da CAIXA, por meio do seu mapeamento nas Gerências Nacionais, Superintendências e Vices-Presidência da Instituição.

Outro instrumento utilizado para a identificação dos riscos operacionais na CAIXA é a autoavaliação do risco operacional, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*). A atividade é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gerentes/gestores, que são questionados sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para mitigar esses riscos.

Avaliação

A avaliação do risco operacional é dividida em: avaliação qualitativa e avaliação quantitativa.

a) Avaliação Qualitativa

Na avaliação qualitativa obtém-se o perfil de risco da Instituição por meio de ações de mapeamento e da auto-avaliação, descrita no processo de identificação.

O processo de mapeamento permite que os riscos operacionais identificados nas áreas possam ser avaliados levando-se em consideração aspectos de relevância, necessidade de ações de mitigação e tendências. É utilizada matriz que agrega informações de gravidade, urgência e tendência. A autoavaliação permite também estimar os valores envolvidos nas ocorrências potenciais e contribui para divulgação dos conceitos inerentes ao gerenciamento dos riscos operacionais.

b) Avaliação Quantitativa

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. A CAIXA utiliza a metodologia LDA para a realização dessas projeções.

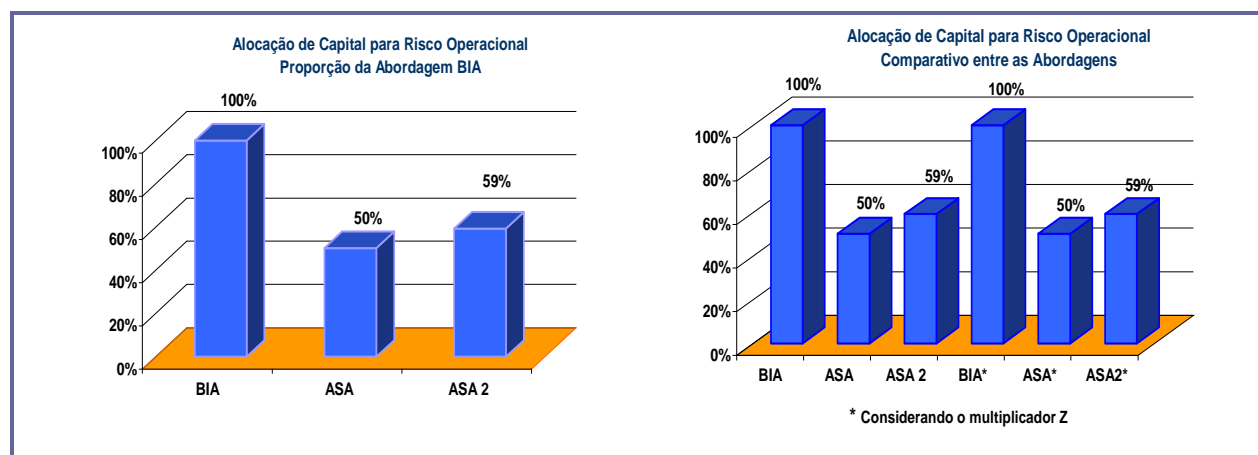
Cálculo de Alocação de Capital

O BACEN, por meio da Circular 3.383/2008, instituiu três métodos de alocação de capital: (1) a Abordagem do Indicador Básico - BIA; (2) a Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e (3) a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2). Esses métodos representam os métodos mais simples de Basiléia e posteriormente o BACEN deverá definir as regras para os modelos internos - AMA.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para RO requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle, e como resultado espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (interna e/ou externa), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros para mitigar a exposição ao risco operacional. São conhecidas por modelo interno por necessitarem de várias informações da própria Instituição.

O método interno requer maior número de variáveis a serem analisadas, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que conseqüentemente, implicará na diminuição do capital regulamentar a ser alocado, quando comparado com os métodos padronizados.

Esse método requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a Instituição está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações

Exceto o segundo elemento, os demais são objetos de estudo, desenvolvimento e/ou aprimoramento na Área responsável pelo gerenciamento de risco operacional na CAIXA.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

As ações de monitoramento, mitigação e controle do risco operacional são objetos de atenção especial, visto que dão continuidade ao ciclo de gerenciamento iniciado na identificação e demonstram, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da Instituição, a efetividade desse gerenciamento.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo refinar a tomada de decisão de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da Instituição às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O foco nas medidas preventivas é o norte perseguido pela Instituição para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham os impactos reduzidos. A área de gerenciamento do risco operacional registra em sistema corporativo as ações de mitigação.

O controle operacional dos produtos e serviços a serem lançados é realizado por meio de ferramenta específica, com capacidade para gerar sistematicamente informações sobre a implementação das medidas preventivas e corretivas recomendadas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da Instituição, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da Instituição na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Destacam-se neste trimestre: a criação do tomo específico na coletânea de Manuais Normativos da CAIXA regulamentando a elaboração dos demais manuais associados ao programa de continuidade. Também merece destaque a aprovação, pelo Comitê de Risco da Instituição, do Plano Diretor de Segurança da Informação – PDSI, que apresenta um conjunto de iniciativas que visam garantir os ativos de informação da CAIXA.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Empresa e demonstrar o compromisso da CAIXA com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço: <http://www.caixa.gov.br> , menu Sobre a CAIXA

Nota - 36 **Outras informações****(a) Administração de entidades sociais**

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2011	2010	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março
PIS	27.617.430	27.542.968	26.408.474
FGTS	37.640.111	35.865.937	31.818.681
FAR	4.431.412	5.285.651	4.627.936
FDS	987.128	1.323.199	1.119.063
FAZ	31.221	30.374	27.702
FGS	46.524	49.502	111.051
FIEL	-	-	46.734
FGHAB	151.914	131.584	102.803
FCA	8.491	5.501	1.166
FCAM	8	6	-
FGCN	1.238.031	1.206.234	1.364.258
FCE	33	-	82
Total	72.152.303	71.440.956	65.627.950
FCVS (i)	(84.630.335)	(89.873.424)	(82.437.199)

* posição Fevereiro/2011

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (2010 - R\$ 82.404), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 31.765 (2010 - R\$ 33.256).

A lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 69.936 (2010 - R\$ 76.165)

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 163.847 (2010 - R\$ 156.052).

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Carlos Antonio de Brito
Vice-presidente

Carlos Augusto Borges
Vice-presidente

Clarice Coppetti
Vice-presidente

Édilo Ricardo Valadares
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Luiz Antonio de Castro
Superintendente Nacional E.E
Contador CRC 5290/0-O – DF